

ASTRAL



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS TELEVISÕES E RÁDIOS LEGISLATIVAS – MARÇO DE 2013

TV Assembleia gaúcha já transmite em sinal digital

Rede de TVs legislativas alcança 36 milhões de brasileiros

- **Paulistanos já tem os quatro canais em SINAL digital**
- **Desafio agora é dividir o mesmo canal para a região metropolitana**

TIRA-DÚVIDAS: O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM A FAIXA DE 700 MHZ?

PRODUÇÃO INDEPENDENTE É SAÍDA PARA O CONTEÚDO

COMO 20 EMISSORAS RESOLVEM SUA PROGRAMAÇÃO

ASTRAL É DESTAQUE NO MAIOR ENCONTRO PARLAMENTAR DA AMÉRICA

Projetos Integrados Sony

Soluções e serviços para
sua emissora governamental
e instituição pública.

- Instalação • Montagem • Treinamento operacional
- Câmeras de estúdio e externa • Ilhas de edição
- Sistemas de servidores centralizados e integrados
- Gravadores • Matrizes • Monitoração de sinais de áudio e vídeo • Iluminação • Central técnica

Projetos já instalados no Superior Tribunal de Justiça (STJ),
Câmara dos Deputados e Fundação Teleducação do
Ceará (FUNTELC), entre outros.

Projetos em andamento: Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal
Superior do Trabalho (TST), Universidade Federal de Goiás (UFG)
e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).



FIFA WORLD CUP
Brasil

Sony é um Patrocinador
Oficial da FIFA

Entre em contato para mais informações: projetobroadcast@am.sony.com

Depois do canal aberto, a preocupação é com o conteúdo

A Rede Legislativa de TV Digital, um projeto da Câmara dos Deputados que começou em 2006, seis anos depois já é uma realidade e justifica o próprio nome. A história é notável por vários motivos. Nesse período o segmento de emissoras públicas e até mesmo das comerciais ainda patina na indefinição, principalmente no que diz respeito ao Operador Único de Rede, entidade que pode racionalizar os gastos com transmissão e captação do sinal digital. A Rede Legislativa acabou se tornando, assim, um verdadeiro operador de rede para as emissoras legislativas, garantindo partilha de custos, racionalidade e expansão do sinal aberto de TV Brasil afora. Afinal, onde o modelo já está em operação o cidadão pode assistir no mesmo canal, graças à multiprogramação, a TV Câmara (da Câmara dos Deputados), a TV Senado, a TV da Assembleia Legislativa estadual e a TV da Câmara Municipal.

Bom para o brasileiro, que pode assim participar das discussões do Legislativo e fiscalizar as atividades do seu deputado federal, senador, deputado estadual e vereador.

Mas ter o canal e transmitir o sinal aberto é apenas o primeiro passo. O conteúdo dessas emissoras é uma grande preocupação para os profissionais que fazem a programação. Afinal, ela tem que ser ao mesmo tempo barata, ter qualidade técnica, ser acessível e atraente para um público que não é acostumado culturalmente a ver a política com olhos cidadãos e foi treinado pelas emissoras comerciais a assistir TV apenas para seu entretenimento.

Mas o mundo das cerca de cem emissoras legislativas em operação no Brasil é um mundo de diversidade e realidades muito distintas. Há emissoras em vários estágios de implantação e de amadurecimento no que diz respeito ao tratamento a ser dado às questões do Legislativo e em relação ao orçamento e estruturas. Há de um lado as mais

antigas e consolidadas TV Senado, TV Câmara e TVs Assembleias como as de Minas Gerais e São Paulo, e de outras emissoras recentes, com graus variados de autonomia editorial e orçamentário. Há uma receita única para a programação dessas entidades tão diferentes? Não há, mas a própria experiência desses canais de comunicação que não chegam a ter nem 15 anos de existência já indica um rumo.

A TV Assembleia de Minas Gerais, a pioneira do setor no país, produz 13 dos 16 programas que exhibe. A equipe responsável é composta por jornalistas concursados, além de mão-de-obra técnica terceirizada. Como na maioria das emissoras legislativas, na hora de produzir conteúdos há uma tendência de concentrar os esforços na cobertura jornalística, o que leva a uma pergunta inevitável: e o resto da grade?

“A tendência em toda emissora de TV é que o telejornal absorva grande parte dos recursos humanos e tecnológicos disponíveis. No nosso caso, há um esforço concentrado da equipe na preparação e na execução de tarefas relacionadas à cobertura jornalística, especialmente para o *Repórter Assembleia*, de 30 minutos de duração”, explica o diretor de Rádio e Televisão, Rodrigo Lucena. “Quando percebemos a desproporção deste esforço em relação à grade de 24 horas, já havia uma cultura de supervalorização do jornal, que de fato é muito importante. Por isso, não foi nada fácil redirecionar as equipes de reportagem para atendimento das demandas dos programas”.

A TV Assembleia de MG fez uma opção clara pela produção própria. E a preocupação é explorar novos formatos que tragam mais qualidade para a grade, sem necessariamente exigir grandes investimentos.

Essa é a tendência das emissoras legislativas, que fazem parte do braço de comunicação do poder mais fiscalizado e cobrado em relação a desempenho, transparência e gastos. Programação

própria que não conta com superproduções, mas que tem qualidade suficiente para não ser rejeitada pelo telespectador brasileiro, habituado à estética das emissoras comerciais. Captação de produção independente, por meio de concursos e seleções como pitching (tema abordado em artigo nesta revista) também é um bom modelo, adotado já com sucesso pela TV Câmara. Ou parcerias e até mesmo exibição de programas de terceiros – opções ainda não debatidas a fundo pelo segmento.

PARCERIAS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS

Exibir conteúdos produzidos por outros órgãos, até mesmo outros poderes (Judiciário e Executivo) é uma prática bastante comum nas TVs legislativas. Em alguns casos o programa é totalmente feito pelos parceiros. Em outros há uma parceria na produção.

Dos 16 programas da TV Assembleia de Minas, três são elaborados com entidades parceiras. O *Via Justiça* é um dos mais antigos em exibição na emissora (no ar desde 2002), fruto de convênio com a Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis). O programa reúne juristas e parlamentares para debater direitos do cidadão e analisar as recentes decisões na área. A produção e a reportagem ficam a cargo da entidade. A direção de conteúdo e as gravações em estúdio são de responsabilidade da emissora mineira. O produto acabado é exibido também na TV Justiça.

Recém incorporados à grade, os programas *Estado de Direito* e *Saúde em Pauta* também são produzidos com parceiros. O primeiro inclui o Ministério Público Estadual, a Associação Mineira do Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Defensoria Pública. Cada entidade produz um programa de 30 minutos, que é veiculado em horários alternados entre os parceiros.

O convênio com a Secretaria de Estado de Saúde já é diferente: os assuntos a serem discuti-

dos no *Saúde em Pauta* são definidos em conjunto com a TV, que também fornece imagens das atividades da Comissão de Saúde do Legislativo. A finalização do programa fica por conta do Canal Minas Saúde, subordinado à Secretaria.

A TV Assembleia do Espírito Santo (TV ALES) a grade é ocupada basicamente com programas próprios (90%). O restante é produzido integralmente por parceiros: organismos governamentais e não governamentais. O *Espaço Parceria* engloba 15 instituições, entre as quais fundações, institutos, tribunais, Ministério Público, Defensoria Pública, Senado e câmaras municipal e federal, que produzem programas com o objetivo de informar, alertar e esclarecer o cidadão.

No total, além da cobertura dos eventos parlamentares, a emissora exhibe 27 produtos, entre programas, séries e pílulas para intervalo com conteúdo informativo, em formatos de até 30 segundos.

A TV Assembleia de Mato Grosso, com 11 anos de fundação, também tem parte da grade ocupada por produtos de terceiros – órgãos públicos ou produtores independentes. O espaço aberto pela TVAL-MT incentiva a produção de documentários no estado.

Além da transmissão das atividades dos deputados estaduais e dos programas próprios, a programação da emissora abre espaço para produtos e serviços elaborados por outros poderes locais. Exemplo é a veiculação do *TV Jus*, programa diário que retrata o dia-a-dia do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, e o telejornal *TCE Notícias*, também diário, produzido pelo Tribunal de Contas do Estado – que tem suas sessões semanais também transmitidas ao vivo pela emissora do legislativo Estadual. A programação da TVAL garante ainda a veiculação de telejornais produzidos por entidades como a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM).

O modelo se repete naturalmente Brasil afora. A TV Assembleia do Espírito Santo exhibe 25 programas – além da transmissão ao vivo das atividades parlamentares. Doze deles são de produção

“Ter o canal e transmitir o sinal aberto é apenas o primeiro passo. O conteúdo dessas emissoras é uma grande preocupação. Afinal, ela tem que ser ao mesmo tempo barata, ter qualidade técnica, ser acessível e atraente para um público que não é acostumado culturalmente a ver a política com olhos cidadãos”

“Essa é a tendência das emissoras legislativas, que fazem parte do braço de comunicação do poder mais fiscalizado e cobrado: programação própria que não conta com superproduções, mas que tem qualidade suficiente para não ser rejeitada pelo telespectador brasileiro; captação de produção independente, por meio de concursos e seleções; ou parcerias e até mesmo exibição de programas de terceiros”

própria: *Ação Parlamentar, Assembleia do Campo, Biografia, ES em Debate, Municípios capixabas, Opinião, Personalidades, Reportagem Especial, Sabor ES, Som da Terra, Um Dedo de Prosa e MP com Você.*

Os outros 13 são de parceiros, sem nenhum custo para a emissora: *Ciência e Letras* (Fiocruz), *Unidiversidade* (Fiocruz), *Jogo de ideias* (Itaú Cultural), *De Coração* (Sociedade Brasileira de Cardiologia- SBC), *Tome Ciência* (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC), *Parlamento Brasil* (TV Senado), *STJ Cidadão* (STJ), *Brasil Eleitor* (TSE), *Interesse Público* (MPF), *Memórias* (TV Câmara), *Documentários* (TV Câmara), *Trabalho Legal* (MPT) e *CNJ Cidadão* (Conselho Nacional de Justiça). Os parceiros mandam os programas em DVDs ou fitas para a emissora.

Como em praticamente todas as emissoras legislativas, a programação pode ser dividida ainda em outros dois tipos de programas: os jornalísticos e os institucionais. Há um telejornal de segunda a sexta-feira, reportagens de até 3 minutos com foco na cidadania e nos trabalhos sociais (*Ales Cidadania e Ales Comunidade*) e “pílulas” de até 30 segundos que servem como interprogramas e que enfocam o patrimônio histórico do estado e suas belezas naturais (*Patrimônios e Em Cantos*).

Programas que visam explicar didaticamente à população como funciona o trabalho legislativo também fazem parte da grade das emissoras. A TV ALES tem um programa de 5 minutos com esta finalidade. Esse tipo de produto tem variáveis. Aproximar o cidadão de assuntos à primeira vista muito áridos também é o foco, como acontece no *Plenário do Povo*, com 3 minutos de duração e feito a partir de enquetes nas ruas sobre temas de interesse da população, ou no *Minuto Cidadão*, que ouve a opinião dos capixabas sobre temas variados.

Esta realidade meio que se repete na maioria das emissoras. A TV Assembleia do Rio Gran-

de do Norte, por exemplo, produz 23 programas próprios, entre jornalísticos, legislativos e culturais, sem contar as transmissões de plenárias, comissões e audiências públicas, além de campanhas educativas sazonais. Outros três programas são produzidos por produtoras independentes e veiculados através de convênios interinstitucionais firmados pela emissora com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Tribunal de Justiça do estado e o Instituto Federal de Educação do RN (IFRN).

As parcerias às vezes são feitas na área de infra-estrutura, como acontece na TV Assembleia do Ceará. No caso, as parceiras são a TV Câmara e a TV Senado, que abrigam na área da emissora cearense suas antenas e transmissores digitais.

Há ainda parcerias com emissoras comerciais. A TV Assembleia do Ceará exibe em sua grade mais de dez programas o *Jogo Político*, entrevistas que vão ao ar às segundas-feiras, a partir das 21h. O programa é produzido e transmitido pela TV O Povo e retransmitido pela TV Assembleia por meio de convenio com a Empresa Jornalística O Povo, de Fortaleza.

Aos poucos, e graças em parte ao trabalho da Astral, começa a ficar visível para o brasileiro o que é e o que representa uma emissora ligada ao poder Legislativo: elas priorizam a cobertura jornalística, abrem todo o espaço possível para a transmissão ao vivo, e na íntegra, dos trabalhos parlamentares e reproduzem, na medida de suas estruturas e instalações, os debates parlamentares – na forma de programas de debate e entrevistas”.

Mas como fazer tudo isso a baixo custo e com equipes em sua maioria enxutas ainda é um desafio.

Antonio Vital
Presidente da Astral

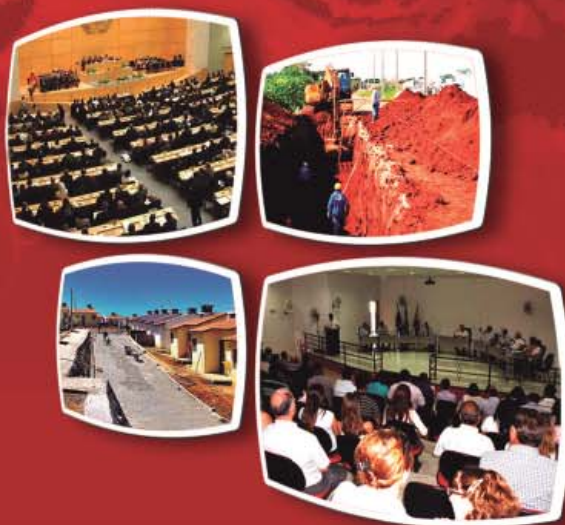
Seu município na TV!

Solução completa em TV Digital para seu município!

Desde Outubro de 2011, a Linear, fabricante brasileira líder em equipamentos para televisão, com 35 anos de tradição e mais de 37 mil equipamentos produzidos e instalados é parte do grupo Hitachi.

A Hitachi Kokusai Linear oferece para prefeituras, câmaras de vereadores e assembleias legislativas do Brasil todo suporte e equipamentos necessários para implementação do Canal Digital de Televisão em seu município. Seja **TV Legislativa**, **TV Cidadania** ou **repetidoras de canais**, oferecemos a solução completa.

Ative agora o Canal de TV Digital na sua cidade.



Vantagens:

- Transparência nas atividades administrativas municipais
Transmissão das sessões da câmara de vereadores
Atividades da prefeitura
- Serviços de utilidade pública
Integração com a comunidade
Informações para a população
- Promoção cultural e educacional

As TVs Legislativas do Brasil
já contam com
Soluções Hitachi em TV Digital!

Entre em contato agora mesmo com a
nossa equipe e saiba como implantar
o Canal de TV Digital em sua cidade.

Transmissores | Excitadores | Multiplexers | Encoders | Gap-Fillers | Microondas | Rádios Digitais | Câmeras Broadcast

ISDB-T • ATSC • ANALÓGICO



Soluções em Transmissão de TV, Vídeo e Comunicação do Brasil para o Mundo!

(35) 3473-3494
prefeituras@linear.com.br

HITACHI
Inspire the Next

ESPECIAL 8

Rede Legislativa atinge
36 milhões de pessoas



DESTAQUE 20

TV Assembleia gaúcha também
transmite em sinal digital



16 ENTREVISTA

Carlos Marchi e a construção da futura TV Metropolitana em SP

30 TIRA-DÚVIDAS

A disputa pela faixa de 700 MHz: é melhor mudar o canal que não existir

22 ARTIGO

Produção independente é opção para programação

24 WORKSHOP

Astral leva conhecimento a parlamentares em Natal

33 ASSOCIADOS

20 emissoras dão suas receitas de programação

REVISTA DA ASTRAL - ANO 2 - NÚMERO 2

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente – Antonio Vital
(Câmara dos Deputados)
Vice-presidente – Flávio de Mattos
(Senado Federal)
Tesoureiro – Guilherme Minassa
(Câmara Municipal de Belo Horizonte – MG)

MEMBROS TITULARES

Afonso Lopes
(Assembleia Legislativa de Goiás)
Carlo Antônio Vicenti
(Câmara dos Vereadores de Itajaí – SC)
Karine Pagliarini
(Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG)

SUPLENTE

Herval Ângelo Esmeraldino
(Câmara dos Vereadores de Itajaí – SC)
Nalda Lima
(Assembleia Legislativa do Piauí)
Rodrigo Lucena
(Assembleia Legislativa de Minas Gerais)

CONSELHO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Evelin Maciel
(Câmara dos Deputados)
Pedro Motta Lima
(Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro)
Wanderley Oliveira
(Assembleia Legislativa de Mato Grosso)

EDITOR – Antonio Vital
DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO –
In Press Oficina (Brasília – DF)
COMERCIALIZAÇÃO - Embrasec Editora e
Eventos (comercial@embrasec.com.br) – São
Paulo-SP
IMPRESSÃO – Gráfica Coronário (Brasília-DF)

CONTATOS:

Astral – Associação Brasileira de
Televisões e Rádios Legislativas
SGAS 902, Ed. Athenas, bloco C,
sala 120/127 – Asa Sul – Brasília – DF
CEP 70390-020
(+55 61) 3037-3773
www.astralbrasil.org

Público potencial de 36 milhões de pessoas

Este é o balanço da Rede Legislativa de TV Digital em 2012. E em 2013 tem mais



O sinal digital da Rede Legislativa chega às capitais por meio de parcerias entre as TVs Assembleias e a Câmara e o Senado: a TV Câmara e a TV Senado entram com a antena e a assembleia cuida do custeio

O dia 12 de dezembro de 2012 foi histórico para a Rede Legislativa de TV Digital, uma maneira de dar transparência e mostrar tudo o que acontece no Congresso Nacional, nas assembleias estaduais e nas câmaras municipais aos cidadãos brasileiros, em canal aberto. Na tarde daquela quarta-feira teve início a transmissão da TV Câmara São Paulo no canal 61.4. Assim, ficou completa a transmissão dos quatro ca-

nais legislativos na Grande São Paulo. Já estavam em operação o 61.1, da TV Câmara (da Câmara dos Deputados); o 61.2, da TV Assembleia de São Paulo, e o 61.3, da TV Senado.

A transmissão foi aberta às 15h, no início da sessão plenária da Câmara Municipal paulistana. O então presidente da Casa, vereador José Police Neto (PSD), apontou a verdadeira revolução representada pelo acontecimento. “Com o modelo

de transmissão antigo (a cabo), não chegávamos a 30% das residências da cidade de São Paulo. Agora, a transmissão chegará a 80% das casas, levando conteúdo e informação legislativa”, disse.

O sinal digital da TV da Câmara Municipal de São Paulo atinge um raio de 150 quilômetros em torno da capital, abrangendo toda a região metropolitana. O canal 61.4 é uma das quatro bandas cedidas pela Câmara dos Deputados a partir de uma consignação dada pelo Ministério das Comunicações.

A programação da TV Câmara São Paulo passou a ser de 24 horas (antes eram 7 horas na TV a cabo). Além das transmissões ao vivo das sessões plenárias da capital paulista e da exibição diária do *Jornal da Câmara*, os paulistanos passaram a ter acesso a documentários sobre a cidade, a história dos bairros e personagens que ajudaram a construir São Paulo. E, o mais importante: o canal 61.4 é o embrião do que será, em breve, a TV Metropolitana - o mesmo canal terá sua programação repartida entre as 39 cidades da Região Metropolitana de São Paulo, um público de mais de 20 milhões de pessoas.

Os sinais dos quatro subcanais digitais abertos são distribuídos por um transmissor da TV Câmara (dos Deputados), já instalado no nicho da antena da TV Cultura SP, com ampla capacidade de cobertura para toda a Região Metropolitana de São Paulo – e até bem mais que isso.

Quando estiver implantada, cada uma das câmaras municipais terá a grade da TV Metropolitana para inserir sua programação, preferencialmente as sessões plenárias ao vivo. Essas transmissões serão inseridas em dias e horários fixos na grade, de modo a facilmente permitir sua divulgação para as populações locais. O projeto sofreu um atraso no ano passado por conta das eleições, mas a ideia inicial era deixar a cargo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) ou da própria TV Cultura o papel de articular a programação de modo a contem-

plar todas as câmaras, dentro do potencial de cada uma de investimentos e prioridades.

A parte técnica da proposta, porém, já está em operação. Para sintonizar os canais legislativos e assim participar das discussões políticas e acompanhar e fiscalizar o trabalho dos deputados federais, senadores, deputados estaduais e vereadores, basta aos moradores de São Paulo adquirir um aparelho de TV digital ou acoplar aos aparelhos analógicos um conversor que capte o sinal digital.

Para marcar o início da transmissão digital, a programação da TV da Câmara Municipal contou com novidades. Além dos telejornais e debates, estreou um programa-curso da Escola do Parlamento – uma aula de formação política pela TV, para as pessoas aprenderem sobre o poder público sem sair de casa. Outra novidade no planejamento era um programa que ensinaria a falar bem o português, produzido em parceria com a Editora Segmento.

REDE EM EXPANSÃO

Criada em 2006, a partir de acordos firmados pela Câmara dos Deputados com as assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais, a Rede Legislativa de TV Digital usa o recurso da multiprogramação da TV digital para disponibilizar aos telespectadores a programação da TV Câmara, da TV Senado, da TV da assembleia legislativa estadual e a da câmara municipal. Por meio da multiprogramação, um único canal pode ser dividido em quatro.

A rede já está no ar em dez lugares (**veja mapa**). Em outros quatro os equipamentos já estão comprados e os canais digitais devem entrar no ar este ano. Em 40 os canais já foram concedidos e as emissoras estão em diferentes fases de implantação. Há ainda 140 pedidos de canais feitos pela Câmara dos Deputados ao Ministério das Comunicações.

“O dia 12 de dezembro de 2012 foi histórico para a Rede Legislativa de TV Digital, quando teve início a transmissão da TV Câmara São Paulo no canal 61.4. Assim, ficou completa a transmissão dos quatro canais legislativos na Grande São Paulo. Já estavam em operação o 61.1, da TV Câmara (da Câmara dos Deputados); o 61.2, da TV Assembleia de São Paulo, e o 61.3, da TV Senado.”

O projeto está em franca expansão e promete mudar a maneira como o brasileiro vê e participa da vida política nos legislativos federal, estadual e municipal. No final de outubro de 2012, por exemplo, a rede chegou a Rio Grande do Sul. Porto Alegre passou a ser a quarta capital a transmitir a programação da TV Câmara, da TV Senado e da TV Assembleia em sinal aberto. As outras são Fortaleza, Belo Horizonte e São Paulo, além de Brasília.

Com isso, um público potencial de 36 milhões de telespectadores residentes nestas cidades passou a acompanhar as atividades do Legislativo sem precisar pagar um canal de TV a cabo ou adquirir uma antena parabólica.

Ao final da solenidade de inauguração em Porto Alegre, o então presidente da Câmara, Marco Maia, mostrou para o presidente da Assembleia Legislativa gaúcha, Alexandre Postal, a transmissão digital em um telefone celular. “É isso que estamos assinando aqui”, disse ele. “Nós precisamos cada vez mais aproximar o Parlamento das nossas comunidades, do nosso povo. E não há uma forma mais direta, mais concreta, de aproximar o Parlamento do povo do que levar até ele as informações sobre tudo aquilo que é realizado pelos nossos deputados, pelos nossos parlamentos”, disse.

Além de Porto Alegre, onde as transmissões já começaram, o sinal da Rede Legislativa deve chegar em breve a onze municípios gaúchos, cujas câmaras municipais também tem emissoras que vão ganhar canais locais.

O presidente da Assembleia gaúcha, Alexandre Postal (PMDB), disse que o momento



O presidente da Câmara, Henrique Alves, assinou no dia 28 de fevereiro acordo que vai levar o sinal de TV digital da TV Câmara para a Bahia e Mato Grosso

era especial para quem acredita na comunicação. “A comunicação com eficiência, no cotidiano dos legislativos, é a democratização de nossas decisões, de nossos atos e de nossas conquistas como representantes dos gaúchos e dos brasileiros”, afirmou.

O deputado Giovani Cherini (PDT-RS), que foi presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, explicou que os deputados federais vivem um dilema, principalmente agora que as informações circulam com uma velocidade muito grande na internet. “Nós somos cobrados para estar nas nossas bases e em Brasília ao mesmo tempo. Nos meios de imprensa tradicionais, só sai o que eles consideram ruim. Esta é uma oportunidade que nós temos de mostrar nosso trabalho para a população”, disse.

As câmaras municipais de Jaú, Barretos e Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, também já estão realizando transmissões experimentais.

As capitais Goiânia (GO), Palmas (TO), Cuiabá (MT) e Vitória (ES) serão as próximas cidades a transmitir os canais da Rede Legislativa em sinal aberto digital. Em seguida virão Recife (PE), Rio Branco (AC), Natal (RN) e Salvador (BA).

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Ricardo Motta, é entusiasta do projeto. “Vamos poder levar a grade de programação das emissoras legislativas e a qualidade de imagem dos debates e das audiências públicas até o cidadão, que será o maior beneficiado”, disse.

Em julho, a rede tinha chegado a Minas Gerais. Então presidente da Comissão de Ciência

“Quando estiver implantada, cada uma das 39 câmaras municipais da Grande São Paulo terá a grade da TV Metropolitana para inserir sua programação, preferencialmente as sessões plenárias ao vivo.”

COMO ESTÁ A REDE LEGISLATIVA DE TV DIGITAL



O QUE É

Criada em 2006, a partir de acordos firmados pela Câmara dos Deputados com as assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais, a rede usa o recurso da multiprogramação da TV digital para disponibilizar aos telespectadores a programação da TV Câmara, da TV Senado e da TV da Assembleia Legislativa Estadual. A quarta programação é a das câmaras municipais. A rede já está no ar em dez lugares. Em outros quatro os equipamentos já estão comprados e os canais digitais devem entrar no ar este ano. Em 40 os canais já foram concedidos e as emissoras estão em diferentes fases de implantação. Há ainda 140 pedidos de canais feitos ao Ministério das Comunicações.

NO AR

- 1 Barretos (SP)
- 2 Belo Horizonte (SP)
- 3 Brasília (DF)
- 4 Fortaleza (CE)
- 5 Jaú (SP)
- 6 Manaus (AM) - parceria da TV Senado
- 7 Porto Alegre (RS)
- 8 Ribeirão Preto (SP)
- 9 São Paulo (SP)
- 10 São Paulo (39 municípios da região metropolitana)
- 11 Uberaba (MG)

EQUIPAMENTOS COMPRADOS

- 1 Cuiabá (MT)
- 2 Goiânia (GO)
- 3 Palmas (TO)
- 4 Vitória (ES)

COM CANAIS JÁ CONCEDIDOS

(e em diversas fases de instalação)

- | | | |
|---------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| 1 Americana (SP) | 15 Franca (SP) | 28 Recife (PE) |
| 2 Araras (SP) | 16 Guarujá (SP) | 29 Rio Branco (AC) |
| 3 Araraquara (SP) | 17 Jacareí (SP) | 30 Salvador (BA) |
| 4 Bauru (SP) | 18 Jundiaí (SP) | 31 Santos (SP) |
| 5 Botucatu (SP) | 19 Lavras (MG) | 32 São Carlos (SP) |
| 6 Campinas (SP) | 20 Marília (SP) | 33 São José do Rio Preto (SP) |
| 7 Caraguatatuba (SP) | 21 Mogi das Cruzes (SP) | 34 São Paulo (SP) |
| 8 Cubatão (SP) | 22 Natal (RN) | 35 Sete Lagoas (MG) |
| 9 Divinópolis (MG) | 23 Ourinhos (SP) | 36 Sorocaba (SP) |
| 10 Praia Grande (SP) | 24 Penápolis (SP) | 37 Tupã (SP) |
| 11 Bragança Paulista (SP) | 25 Piracicaba (SP) | 38 Uberlândia (MG) |
| 12 Atibaia (SP) | 26 Pouso Alegre (MG) | 39 Valinhos (SP) |
| 13 Itu (SP) | 27 Presidente Prudente (SP) | 40 Votorantim (SP) |
| 14 Florianópolis (SC) | | |

CAPITAIS ONDE A TV SENADO VAI LEVAR O SINAL

- | | |
|---------------------|-----------------------|
| 1 Belém (PA) | 6 Rio de Janeiro (RJ) |
| 2 São Luís (MA) | 7 Curitiba (PR) |
| 3 João Pessoa (PB) | 8 Macapá (AP) |
| 4 Maceió (RN) | 9 Boa Vista (RR) |
| 5 Campo Grande (MS) | 10 Teresina (PI) |

e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, o deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG) destacou, no evento de inauguração do canal digital em Belo Horizonte, a importância das TVs públicas na divulgação das atividades do Legislativo e na integração com os cidadãos que moram no interior.

Em junho, o sinal digital tinha chegado ao Ceará. Fortaleza recebeu a rede e passou a transmitir os sinais da TV Câmara, da TV Assembleia, da TV Senado e da TV Câmara Municipal.

PARTILHA DE CUSTOS

A expansão da rede por todo o país foi viabilizada por um acordo feito entre a Câmara dos Deputados e o Senado.



Plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo: acordo com a TV Câmara permite que a rede atinja o interior paulista

Cada Casa Legislativa ficou responsável pela implantação em 13 capitais. As cidades sob responsabilidade da Câmara são: São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte, Porto Alegre, Palmas, Cuiabá, Goiânia, Vitória, Salvador, Natal, Rio Branco, Recife e Florianópolis. Ao Senado coube a instalação em Manaus, já no ar, Belém, São Luís, João Pessoa, Maceió, Campo Grande, Rio de Janeiro, Curitiba, Macapá, Boa Vista, Teresina, Porto Velho e Aracaju.

A diferença entre os projetos é que onde a Câmara leva o sinal um canal é concedido à Câmara Municipal - formando os quatro canais da rede legislativa. O Senado, porém, tem o projeto estratégico de ter dois canais para suas próprias transmissões, excluiu as câmaras municipais e não necessariamente estabelecerá parceria local com a Assembleia Estadual.

Em dezembro de 2012, por exemplo, a TV Câmara de Uberaba (MG) ganhou seu canal digital e aberto - dentro da proposta de interiorização da Câmara dos Deputados. “É importante levar o sinal da TV Câmara para o maior número de brasileiros. A parceria com as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais é essencial para a implementação da Rede Legislativa de TV Digital com rapidez e capilaridade”, disse Evelin Maciel, gerente do Comitê de TV Digital da Câmara.

A Rede fechou o ano de 2012 com um público potencial de 36 milhões de brasileiros. Em 2013, 113 cidades já estão comprometidas com a instalação da Rede Legislativa. E uma das vantagens do projeto é a partilha de custos entre os envolvidos. A proposta pode ser dividida em duas vertentes: os acordos da Câmara

dos Deputados com as Assembleias Legislativas e os acordos com as câmaras municipais. Nos acordos com as assembleias, a Câmara entra com o transmissor e a antena. A assembleia, por sua vez, entra com o custeio - obras de infraestrutura, manutenção de rede elétrica, monitoramento dia e noite do sinal e aluguel da torre - quando for o caso.

Em 5 de dezembro, a Câmara dos Deputados iniciou pregão para a compra de mais quatro sistemas de TV digital. O gasto total com estas aquisições será de até R\$ 4,1 milhões. Até março de 2013 serão inauguradas as operações de Palmas, Cuiabá, Vitória e Goiânia. Serão mais quase 7 milhões de telespectadores em potencial.

No primeiro semestre de 2013 serão licitados os sistemas de TV Digital para Recife, Natal, Rio Branco e Salvador. Restará ainda a operação de Florianópolis, que está em fase de negociação para a implantação em parceria com a Assembleia e Câmara Municipal de Salvador. As demais capitais brasileiras receberão o sinal da TV Câmara em operações do Senado Federal, parceiro da Câmara.

Ainda em 2013 estão previstas para ser inauguradas as operações em mais 37 cidades no interior de São Paulo e Minas Gerais. São elas Lavras, Sete Lagoas, Pouso Alegre, Divinópolis e Uberlândia; Campinas, Jacareí, Bauru, São Carlos, Tupã, Ourinhos, Americanas, Araras, Araraquara, Assis, Botucatu, Caraguatatuba, Cubatão, Praia Grande, Bragança Paulista, Atibaia, Itu, Franca, Guarujá, Jundiaí, Limeira, Marília, Mogi das Cruzes, Penápolis, Piracicaba, Presidente Prudente, Santos, São Carlos, São José do Rio Preto, Sorocaba, Valinhos e Votoratim.

A Câmara dos Deputados já solicitou, durante 2012, mais 35 consignações para cidades de sete estados. Para Minas Gerais, Teófilo Otoni. No Pará, Altamira do Paraná. No Espírito Santo, Castelo, Alegre, Anchieta, Santa Teresa, São José do Calçado, Venda Nova do Imigrante, Santa Maria de Jetibá, Muqui, Itaguaçu, Baixo Guandu, Colatina, Cachoeiro do Itapemirim, Domingos e Mimoso do Sul. Para o estado do Paraná, Arapongas, União da Vitória

e Apucarana. No Rio Grande do Sul, Rio Grande, Bagé, Bento Gonçalves, Cruz Alta, Erechim, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Passo Fundo e Pelotas. Para Santa Catarina, Blumenau, Camburiú e Itajaí. Para Rondônia, Monte Negro.

Só para São Paulo foram solicitadas mais 44 novas consignações, para as cidades de Sertãozinho, São Vicente, Novo Horizonte, Caieiras, Guarulhos, Bertioga, Caçapava, Catanduva,

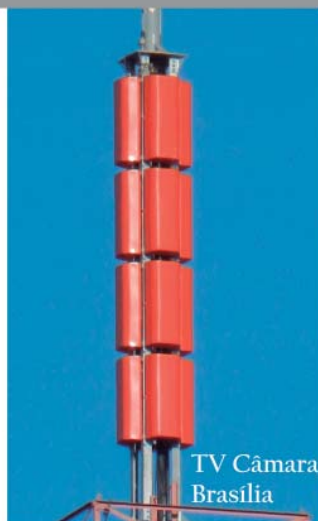
Diadema, Lucélia, Andradina, Araçatuba, Avaré, Barueri, Fernandópolis, Hortolândia, Indaítuba, Itapetininga, Itatiba, Jandira, Leme, Mauá, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Osasco, Peruíbe, Pindamonhangaba, Presidente Venceslau, Rio Claro, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Branca, Parnaíba, Santo Anastácio, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Sumaré, Taubaté, Tietê, Ubatuba, Votuporanga e Serrana. ■

SERVIÇO

A Câmara dos Deputados quer levar a Rede Legislativa de TV Digital a todas as cidades do país. Para isto, as Câmaras Municipais interessadas em aderir ao projeto podem solicitar informações no e-mail redelegislativa@camara.gov.br.

MECTRÔNICA
SISTEMAS IRRADIANTES PROFISSIONAIS

- Sistemas Irradiantes Digitais e Analógicos
- FM Polarização Circular e Vertical
- Cargas Resistivas
- Filtros e Combinadores
- Gapfillers
- Cabos Coaxiais



- Pressurizadores
- Linhas Rígidas
- Conectores
- Acessórios
- Chaves Coaxiais
- Divisores de Potência
- Serviços e Instalações

**Venha conhecer o por quê dos nossos mais de 35 Anos de Sucesso!
E Sempre, com o melhor Atendimento Mercado de Radiodifusão!**

Tel(55) 11 3609-1022 Fax: (55) 11 3609-2660 sac@mectronica.com.br

WWW.MECTRÔNICA.COM.BR

As várias receitas do bolo nas TVs legislativas

POR | André Motta Lima*

O Ministério das Comunicações, no final de 2012, finalmente publicou a Portaria 489/2012, que coloca em prática uma antiga determinação do Decreto de TV Digital (5.820/2006) e cria efetivamente a figura do Canal da Cidadania. Trata-se de um canal de TV aberta, operando de forma digital e em multiprogramação. Esse canal deve ser solicitado ao Minicom por entes ou entidades públicas do município (prefeitura, Câmara Municipal ou mesmo uma fundação) e deve assegurar quatro faixas de programação. Uma para transmissão das atuações do poder público municipal, uma para o poder público estadual e duas para transmissões comunitárias.

Até então as tentativas de criação de um canal dedicado às emissoras legislativas esbarravam em questões técnicas de como conciliar as câmaras municipais num mesmo canal de multiprogramação, com emissões nacionais (Senado e Câmara dos Deputados) e estaduais (Assembleias) – estudos e discussões que dominaram debates na Astral.

Na prática, a vontade de contar com duas programações por parte do Senado e as

iniciativas pioneiras da Câmara, como a TV digital aberta na cidade de São Paulo, originaram “casamentos” variados com Assembleias, sem superar a dificuldade de propiciar às câmaras municipais uma solução de transmissão em municípios contíguos e limítrofes. Solução técnica compatível agora, a partir do novo decreto, com a proposta do ex-diretor da Anatel, Ara Apkar Minasian, de dividir a numeração das emissoras locais em combinações de uso do espectro entre os canal 60 e 69. Cada município com seu número local, mesmo que invadido, em trechos de território, por emissões vizinhas de outros canais.

Pelo decreto, tanto o executivo como o legislativo, podem tomar a iniciativa. Mas nada proíbe a divisão de espaço, o que certamente exigirá entendimentos e divisões equalitárias de difícil construção. E cada vez mais com necessidade de profissionalização e continuidade. O que, infelizmente, ainda não ocorre com frequência, exceção feita aos canais federais, onde prevalece a existência de concursos públicos e estabilidade operacional. Em muitas das câmaras

“Na prática, a vontade de contar com duas programações por parte do Senado e as iniciativas pioneiras da Câmara, como a TV digital aberta na cidade de São Paulo, originaram “casamentos” variados com Assembleias, sem superar a dificuldade de propiciar às câmaras municipais uma solução de transmissão em municípios contíguos e limítrofes.”

“Em muitas das câmaras municipais, por mais recomendável que fosse, a criação de quadro próprio costuma esbarrar no limite de contratação de pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Vigoram terceirizações, cargos de confiança, contratação de serviços e equipamentos e outros processos que diversificam as características das equipes e equipamentos.”

municipais, por mais recomendável que fosse, a criação de quadro próprio costuma esbarrar no limite de contratação de pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Vigoram terceirizações, cargos de confiança, contratação de serviços e equipamentos e outros processos que diversificam as características das equipes e equipamentos.

A programação das TVs legislativas varia tanto quanto a forma de montar a estrutura da própria emissora. Mas um eixo central opõe conceitos de uma linha focada exclusivamente nos parlamentares ou uma opção mais ampla de abordagem de temas da cidade e mesmo de interesse direto e verdadeiramente participativo da população. A transmissão aberta acessível não apenas aos assinantes do serviço a cabo vai pesar na balança. A favor da necessidade de abertura a temas culturais e de interesse comunitário, quase sempre ausente nas emissoras comerciais, onde a busca pela audiência é uma obsessão incompatível de ser aplicada em um serviço público de comunicação, pago e mantido pelo dinheiro dos contribuintes.

Os canais federais já entenderam isso, até pelo maior alcance, pois são exibidos, além do cabo, por todos os outros sistemas de assinatura, satélites e transmissões abertas. Nessas emissoras o povo já aparece com tempo de expressão, nome

e sobrenome. E não apenas como participantes de um “povo fala” aleatório e normalmente depreciativo. Sem falar em documentários e programas que muito ajudam quando da programação inicial de emissoras novas, atitude de intercâmbio estimulada pela Astral.

Existem cada vez mais exemplos de mudanças de abordagem e tratamento, sem deixar de priorizar a atividade parlamentar, razão de ser das emissoras legislativas. Como as receitas das TVs municipais de Salvador (<http://vimeo.com/26688834#>), e do Rio de Janeiro (<http://vimeo.com/13694403#>) esta - deixando clara minha posição não isenta - vigente de 2004 a 2011, meu período na instalação e montagem de programação.

Agora, que os espaços de transmissão e alcance vão se ampliar, há que se criar novas formas para estimular a valorização da transparência nas atividades parlamentares, buscando e atendendo aos anseios de uma população cada vez mais consumidora e produtora de vídeos. E ansiosa por participação.

.....
 * **ANDRÉ MOTTA LIMA, FUNDADOR E DIRETOR DA RIO TV, DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, FOI VICE-PRESIDENTE DA ÁSTRAL E ATUALMENTE É CONSULTOR E CRIADOR DE PROJETOS DE COMUNICAÇÃO.**



ENTREVISTA Carlos Marchi

JORNALISMO / ASTRAL

“Uma casa que representa o povo tem de se comunicar com o povo”

O sinal digital da TV da Câmara Municipal de São Paulo, canal 61.4, alcança um raio de 150 km e é o embrião da futura TV Metropolitana, cuja programação vai contemplar as atividades de todas as 39 câmaras municipais da maior megalópole brasileira. Os 20 milhões de habitantes da região poderão assim participar das decisões e fiscalizar a atuação dos seus vereadores – e dos deputados federais, senadores e deputados estaduais, já que o canal 61.4 é um dos quatro da Rede Legislativa de TV Digital já em operação na capital paulista. O jornalista Carlos Marchi era o diretor de Comunicação Externa da Câmara Municipal de São Paulo quando o canal foi inaugurado e explicou os objetivos e os desafios do projeto, dentro da necessidade dos legislativos se comunicarem com a população.

REVISTA DA ASTRAL – A transmissão das emissoras legislativas em sinal aberto pode mudar a maneira como os brasileiros veem o trabalho dos deputados, vereadores e senadores?

CARLOS MARCHI – Pode, se o modelo continuar avançando. Vamos lembrar que a televisão foi implantada no Brasil de maneira avassaladora. Nosso modelo é gratuito: basta plugar na tomada e ligar a TV. Nos últimos 50 anos, o brasileiro foi impregnado culturalmente pela televisão bem mais que outros povos. A consequência disso foi que aprendemos a fazer boa televisão (como também fazemos má televisão) e adquirimos, enquanto povo, o vício de ver TV. O que falta às TVs legislativas é descobrir o seu próprio veio.

O que devemos produzir e realizar para atrair a atenção das pessoas e ajudá-las a interpretar e entender o Parlamento, a acompanhar e julgar suas decisões?

Isso não é tão fácil quanto roteirizar um programa do Faustão, mas também não é tão complicado assim. Acho que há três complicadores na raiz do problema. O primeiro é que os responsáveis pelos Legislativos, em geral, acreditam numa comunicação que funcione mais para os mandatos e menos para a instituição. O segundo é que existe dogma estúpido em vigor que recomenda: a Casa do Povo não deve se comunicar com o povo, a não ser por meios arcaicos. O terceiro é que os bons profissionais têm pouco tempo para mostrar seu trabalho, porque os mandatos das Mesas Diretoras são curtos. Não há continuidade e o prazo disponível é sempre insuficiente para idealizar, planejar, implantar e executar. E o quarto é que a excessiva bu-

rocracia é um permanente entrave em tudo que se tenta fazer. Não dá para montar uma TV sem pequenas transgressões que possibilitam saltos formidáveis. E vamos combinar: no serviço público as transgressões não são admitidas de nenhuma forma. Então, montar uma TV passa a ser uma tarefa de Hércules.

Que tipo de programação é ideal para uma emissora legislativa?

As TVs Legislativas devem apostar na temática cultural, nas entrevistas em profundidade, para alargar a compreensão dos problemas, e em debates. Aqui na TV Câmara SP, apostamos muito na formação das pessoas, em especial os jovens, nas aulas pela TV. A nossa Escola do Parlamento tem um programa que repete suas aulas. Não deu tempo (ainda) para colocar no ar um programa que ensina a falar o (bom) português.

Como é a programação da TV Câmara Municipal de São Paulo?

A nossa programação sofreu uma grande virada agora no final do ano (de 2012), com a inauguração da TV aberta, o canal 61.4, em parceria com a Câmara dos Deputados e com a Assembleia Legislativa. A inauguração foi em 12 de dezembro, então posso falar sobre a programação que adotamos a partir do início da TV aberta. Nós lançamos programas novos a partir de 2011, como o *É de São Paulo*, que mostra novidades da cidade, o *Programa-se*, que é uma revista veiculada quinta-feira, com novidades culturais do fim de semana, o *São Paulo tem história*, um programa gostoso, conduzido por guias culturais que explicam os lugares históricos de São Paulo. Por exemplo, introduzimos vinhetas animadas

de um cartunista fantástico, o Custódio, sempre muito engraçadas. Em 2012 a programação sofreu muitas restrições durante o período eleitoral por conta das muitas limitações impostas pela legislação eleitoral. Isso, de certa forma, inibiu parte da programação mais ousada que fizemos para a inauguração da nossa TV aberta.

Que projetos vocês tem para o futuro?

Espero que a TV Câmara SP mantenha e acalente os planos que aqui deixamos, mas eu e minha equipe estamos deixando os cargos que ocupamos porque se encerrou o mandato do vereador José Police Neto e entra uma outra tendência política que certamente convocará bons gestores de Comunicação. Mas sinceramente espero que mantenham o projeto como um todo. O Portal da Câmara hoje posta de 15 a 20 matérias novas por dia. A Rádio Web Câmara, que funciona pelo portal, produz noticiário para pequenas rádios comunitárias da periferia. Em publicidade, fizemos as primeiras campanhas da história da Câmara Municipal de São Paulo.

Foi difícil chegar a um acordo sobre o compartilhamento de um mesmo canal pelos municípios da Grande São Paulo?

Esse acordo não pôde ser fechado em 2012 por causa do ano eleitoral. A TV Metropolitana é uma tessitura delicada e majestosa, reunindo 39 Câmaras Municipais de diferentes portes. Temos a Câmara de Pirapora do Bom Jesus, município de 17 mil habitantes, e a de São Paulo, megacidade de 12 milhões de habitantes; a de Salesópolis, com IDH de 0,748, e a de São Caetano do Sul, com IDH de 0,919.

Qual a proposta para contemplar toda essa diversidade?

A TV Câmara SP vai transmitir 10 horas por dia e ratear as 14 horas ociosas entre as outras 38 Câmaras, formando a TV Metropolitana. Convidamos a TV Cultura SP para coordenar a estrutura de produção. Não deu. Conversamos com Nelson Breve, da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação),



“A excessiva burocracia é um permanente entrave em tudo que se tenta fazer. Não dá para montar uma TV sem pequenas transgressões que possibilitam saltos formidáveis. E vamos combinar: no serviço público as transgressões não são admitidas de nenhuma forma. Então, montar uma TV passa a ser uma tarefa de Hércules.



que ficou encantando com a ideia mas precisava de tempo para se preparar. Isso foi em abril de 2012. Mais adiante os vereadores mergulharam na campanha eleitoral. Depois das eleições, o panorama de cada município tinha mudado – quem era presidente, às vezes, nem conseguiu se reeleger. A tarefa está desenhada e combinada, mas fica para a próxima gestão.

Que critérios foram usados para dividir os horários da programação?

A questão fundamental é a qualidade da programação. Se você vai fazer uma TV compartilhada, como é o caso da TV Metropolitana, o principal cuidado deve ser a unificação da qualidade da produção. Todos os programas devem estar dentro de padrões mínimos e máximos. Assim, não há como fugir da produção centralizada. Por isso pensamos em uma coordenação profissional de alto nível, como a EBC. Além disso, temos de evitar velhas fórmulas na conceituação da programação. Por exemplo: não cabe à TV Metropolitana exibir sessões plenárias das 38 Câmaras fora de São Paulo. Seria uma fórmula suicida. Mas os vereadores querem aparecer, não é? Tudo bem, eles aparecem, mas dentro de programações bem roteirizadas. Para mim, a programação deve brindar o debate das grandes questões metropolitanas e abordar temas culturais dos 38 municípios. É preciso adotar algum critério para dividir o tempo. A TV Metropolitana terá 14 horas diárias para serem divididas entre os 38 municípios. Não é pouco. São 98 horas semanais. Dá para fazer um frege. E cada Câmara entra com recursos proporcionais ao tempo que assumir.

Esse modelo pode ser um exemplo para as demais regiões metropolitanas do país?

Sem dúvida, esse modelo pode – e deve – se reproduzir nas outras regiões metropolitanas. Todas elas têm diagnósticos semelhantes: são compostas por muitos municípios em condições econômicas e sociais profundamente desiguais entre os municípios e entre as pessoas, dentro de cada município. Esses municípios partilham problemas que são inevitavelmente comuns. O lixo de São Paulo era depositado em Caieiras. O Tietê é poluído por alguns municípios, o que causa prejuízos a outros. A despoluição visual de São Paulo acaba drasticamente na divisa com Osasco ou Guarulhos. Se não fosse a água de Salesópolis, o que seria de São Paulo? Uma TV Metropolitana, então, é o foro adequado para sediar permanentemente esses debates graves que questões como essas suscitam, estabelecendo –

senão uma igualdade absoluta – certo equilíbrio entre os players interessados.

Por que é importante uma emissora de TV para uma câmara municipal?

Uma casa que representa o povo tem de se comunicar com o povo. É inconcebível que seja Casa do Povo e não fale com o povo, não é mesmo? Como se atualizar, como medir o pulso da opinião pública, como calcular se fez o certo ou o errado, como decidir o que é mais premente, como perceber as tendências da população se não se comunicar com a sua população? Quando se elege, o parlamentar recebe um mandato popular de acordo com o programa que apresentou ao eleitorado. Mas esse programa tem de estar perma-

nentemente atualizado e isso só acontece quando ele tem possibilidade de debater publicamente as questões que a Câmara está decidindo.

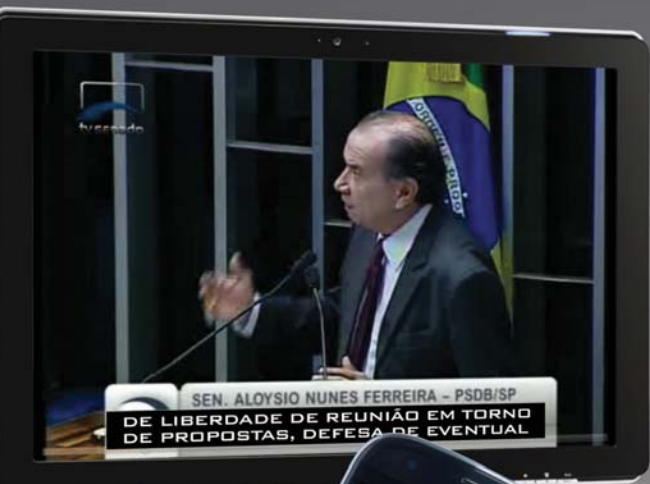
Como fazer isso de maneira eficiente?

Eu só conheço uma: usando os mais modernos recursos da Comunicação – e a TV está entre elas, embora eu acredite que a internet vá rapidamente ocupar esse posto de principal veículo para a comunicação popular. Mas é preciso haver meios para fiscalizar o uso desses instrumentos, para impedir que eles deixem de ser usados para fazer comunicação popular e se transformem em mecanismos eleitoreiros.

Já ouviu críticas a respeito de investimentos em TV em detri-

mento de outros investimentos? Como responde a isso?

Sempre existe esse tipo de crítica e ela geralmente vem de pessoas que não conhecem a importância da comunicação ou não sabem fazer bom uso da comunicação. Os parlamentos, de uma forma geral, caíram na descrença do povo, estão com sua imagem abalada exatamente porque não comunicam, ou comunicam mal, não dando satisfações à população sobre seus atos. Acho que já respondi a esta pergunta na resposta anterior, mas, se você me permitir, vou dar uma segunda resposta, desta vez em forma de pergunta: se comunicação não for um bom investimento para um parlamento que tem obrigação de dar satisfações à sociedade, o que será um bom investimento para ele? ■



O Plenário na sua mão. E em tempo real.

Para o parlamentar que tem a agenda cheia de compromissos fora da Casa, mas não pode perder uma palavra do que é dito dentro dela, apresentamos o **TV Texto**: um aplicativo que transcreve, em tempo real e sem cortes, tudo que é falado no Plenário diretamente para seu dispositivo móvel, em qualquer lugar que você estiver. Seja um parlamentar inteligente: acrescente informação ao seu mandato.



**STENO
DO BRASIL**

PIONEIRA EM TRANSCRIÇÃO EM TEMPO REAL.

www.steno.com.br



Cerimônia de inauguração do sinal digital da TV Assembleia gaúcha, em outubro do ano passado: foi a quarta capital a transmitir a Rede Legislativa

TVAL RS

Diversidade, 24 horas no ar

No final de outubro de 2012, Porto Alegre passou a ser a quarta capital a ter à disposição da população a programação da TV Câmara, da TV Senado e da TV Assembleia estadual em sinal aberto. As outras são Fortaleza, Belo Horizonte e São Paulo, além de Brasília. Nesse dia começou a operar o sinal digital da TV Assembleia do Rio Grande do Sul. A Rede Legislativa de TV Digital chegou, assim, ao sul do país e deve mudar em pouco tempo a percepção dos cidadãos a respeito do trabalho dos parlamentares.

Além de Porto Alegre, onde as transmissões já começaram, o sinal da Rede Legislativa deve chegar em breve a onze municípios gaúchos, cujas câmaras municipais também tem emissoras que vão ganhar canais locais.

A programação da TV Assembleia do Rio

Grande do Sul (TVAL RS) está focada nas atividades do Parlamento, com cerca de 10 horas diárias de transmissão ao vivo e 14 horas com programas gravados. Sessões plenárias, reuniões das Comissões, frentes parlamentares e audiências públicas são o fio condutor que leva até a casa do telespectador os debates da sociedade, dos poderes e instituições.

Dois telejornais diários, *Espaço Público*, pela manhã e *Jornal AL*, à tarde, resumem as atividades realizadas na Casa. A programação da TV tem a marca da diversidade política, econômica, educacional, cultural, inclusiva, entre outros temas. Ou seja, retrata o que é a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Além dos telejornais, são produzidos outros três programas diários inéditos, *Democracia*, *Ponto*

de Vista e AL Entrevista, dedicados a temas factuais com a visão dos políticos e da sociedade. Assuntos de pauta permanente, como ações afirmativas e inclusão social, também estão na grade da TV. É o caso do *Confraria Castro Alves*, que aborda a situação da comunidade negra. O *Faça Diferença* tem uma pauta mais extensa, abordando a inclusão de deficientes físicos e visuais, a situação dos idosos, violência e outros temas focados nos direitos humanos.

A cena cultural também está contemplada na grade da TVAL RS, com o *Cena Musical*, *Sarau no Solar*, *Cultura em pauta* e *Em Cartaz*. *Autores e Livros* é dedicado à literatura. O *Personalidades* faz um passeio pela trajetória de pessoas que tem destaque em diferentes áreas. ■



O então presidente da Câmara, Marco Maia, destacou a importância da expansão do canal legislativo

SERVIÇO

Hoje a TVAL RS está disponível para a população da região metropolitana de Porto Alegre por meio de uma grande parceria com a Câmara dos Deputados, que criou a Rede Legislativa de TV Digital. Operando em sistema digital e aberto em UHF, a TV pode ser sintonizada no Canal 61.2 e no 361 da SKY. No cabo, nos canais 16-NET e 21-TVN. Também pode ser sintonizada no Satélite B4; transponder 12B; polarização vertical; frequência 4164,25 MHz; SR: 3,2553 e na Internet no www.al.rs.gov.br.

ONDE NASCE A MELHOR RÁDIO

A família de transmissores FLEXIVA™ FM da Harris®, refrigerados a ar, oferece uma plataforma única para transmissões analógicas e digitais, com excelência de qualidade, desempenho e confiabilidade.

O FLEXIVA é ideal para operações desde baixas até altas potências (40/80 kW), com o design mais compacto no mercado, combinando a nova amplificação de RF "Quad-mode" com a tecnologia do excitador definida por software. Isso tudo combinado levará a transmissão da sua Rádio FM para um nível incomparável.

A eficiência obtida com a tecnologia Harris PowerSmart®, é ideal para todas as aplicações FM. A tecnologia do dispositivo LDMOS proporciona um aumento significativo na densidade de potência do FLEXIVA e custos mais baixos de operação e de manutenção durante toda a vida do transmissor.

Para mais informações, acesse broadcast.harris.com/radiotransmission

Harris Soluções em Comunicação do Brasil Ltda.
Ave. Eng. Luiz Carlos Berrini 1511 / 8o andar, Conj. 82
Brooklin, São Paulo SP 04571-011 Brasil
Tel: +55 11-3538-4150 - Fax: +55 11-3538-4151

Produção independente, uma alternativa de conteúdo

POR | GETSEMANE SILVA*

As TVs legislativas, no papel de emissoras públicas, abrem espaço para assuntos esquecidos pelos canais privados. Grande parte desses temas é recorrente nas sessões plenárias e reuniões legislativas, mas não ganha destaque na mídia. Caberia aos canais legislativos abordá-los com qualidade audiovisual, lançando mão de linguagens como a do documentário, das reportagens especiais e até mesmo a dos programas de entretenimento. Nenhuma linguagem deve ser considerada inadequada para tratar temas de interesse público.

Por outro lado, produzir conteúdo em diversas linguagens com qualidade técnica e narrativa pode exceder os limites de pessoal das TVs legislativas que, em geral, têm recursos limitados e procuram trabalhar com equipes enxutas. Então, como fazer para garantir esse tipo de conteúdo no ar e construir a imagem de qualidade e diversificação que atraem o espectador para a programação do canal? A resposta está na produção independente!

Desde que se instalou no Brasil, nos anos 50, o negócio de produção de TV ficou concentrado nas emissoras que optaram por realizar “dentro de casa” os seus conteúdos. Na Europa, Estados Unidos e países latinos como México e Argentina, a prática foi outra. Optou-se por contratar parte dos conteúdos exibidos no mercado audiovisual independente. Além de facilitar a vida das emissoras, a estratégia diversificou linguagem e visões, sem que a contratante perdesse o controle sobre o conteúdo. Atualmente, quase 100% do material exibido por esses canais é produzido “fora de casa”, o que promove um mercado consistente para profissionais da cadeia produtiva do audiovisual.

Em 2011, foi aprovada no Congresso Nacional a nova lei de TV por assinatura, agora chamada de Serviço de Acesso Condicionado. Entre as novidades, a exigência de que todos os canais, brasileiros e estrangeiros, passem a exibir conteúdo de produção independente. Estimativas feitas pela Associação Brasileira de Produtores Independentes de TV projetam um crescimento de cerca de 30% do mercado nos próximos três anos. O impacto será imediato no PIB da Economia Criativa, já que a produção audiovisual responde por 35% desse setor.

EDITAIS - Ao contratar programação no mercado independente, os canais legislativos estaduais e municipais têm a chance de fomentar a economia criativa local ao mesmo tempo em que agregam qualidade e valor simbólico à programação. Todos saem ganhando. Mas é importante contratar de maneira transparente, garantindo igualdade de oportunidades para os empreendedores e até mesmo focando em linguagens e temas sem atenção das grandes empresas produtoras. A melhor maneira de fazer isso é reservar recursos no orçamento do Legislativo e desenvolver editais públicos para escolher os projetos nos quais será aplicado o dinheiro. Essas contratações estão previstas na lei e são licitações na modalidade de concurso.

Para garantir que o canal irá receber o conteúdo necessário e que o produtor independente saberá como entregá-lo, o edital precisa ser o mais detalhado possível. Indicações claras sobre temas, tempo de duração, estilo e linguagem são essenciais. Elas são a base para a criatividade do empreendedor começar a funcionar. Essa criatividade é um dos melhores recursos simbólicos da contrata-

“Produzir conteúdo em diversas linguagens com qualidade técnica e narrativa pode exceder os limites de pessoal das TVs legislativas que, em geral, têm recursos limitados. Então, como fazer para garantir esse tipo de conteúdo no ar? A resposta está na produção independente!”

ção. Mas é importante desenvolver um edital para cada série de documentários ou programas e não deixar a temática livre. Assim, o canal terá o que precisa e o julgamento dos projetos será mais fácil e justo, já que todos serão avaliados dentro de um mesmo assunto.

Deve ser formada uma comissão julgadora para analisar os projetos e atribuir-lhes notas. Os critérios de avaliação também devem estar claros no edital, de preferência com uma definição de que se espera em cada um deles. É produtor criar cerca de uma dezena de critérios de avaliação divididos em grandes grupos como: proposta de argumento/roteiro, proposta de tratamento audiovisual e portfólio do diretor. É importante equilibrar a pontuação desses critérios para não supervalorizar o roteiro em detrimento da forma como ele será realizado.

PITCHING – O processo de avaliação e eliminação deve ter duas fases. Na primeira, se atribui notas aos critérios e chega-se a uma classificação preliminar. É a fase do filtro. Já a segunda fase é a defesa oral do projeto, quando o proponente tem a oportunidade de mostrar suas habilidades e por que elas são importantes para aquele projeto. Ficou conhecida no mercado como *pitching*. O jargão começou a ser usado nos países de língua inglesa e com tradição de produção independente para ilustrar o momento em que o produtor tem a oportunidade de lançar suas ideias e convencer os executivos dos canais de TV.

Colocar a fase de *pitching* num edital público também é importante, pois garante que a boa ideia será bem realizada. Bons projetos no papel podem virar documentários ou programas ruins devido à falta de habilidade audio-

visual do proponente. A defesa oral também é o momento ideal para que a comissão de seleção esclareça algumas dúvidas e detalhes que não estavam claros no papel. Recomenda-se que sejam aprovados para essa segunda fase, pelo menos, o dobro de projetos em relação à quantidade a ser contratada e prevista no edital. Assim, a comissão tem a oportunidade de fazer uma segunda filtragem e garantir melhor qualidade para a programação do canal.

Desde 2009, a TV Câmara publica editais de compra de conteúdo independente já pronto e de produção de material inédito. Já foram adquiridos os direitos de veiculação de 80 documentários nacionais, o que trouxe muita diversificação de temas, linguagens e sotaques ao canal. A faixa de documentários independentes costuma alcançar boa audiência e ajuda a construir a imagem pública do canal, além de oferecer contexto e reflexão sobre temas que estão em debate no Congresso Nacional. Em 2011, o primeiro edital de produção, com a fase de *pitching*, contratou a realização de três documentários inéditos sobre ética e mobilização social. Em fevereiro de 2013 será publicado um novo edital de produção, dessa vez para uma série de sete programas para a TV e Rádio Câmara.

.....
*** GETSEMANE SILVA É DIRETOR DA
 COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS E
 DOCUMENTÁRIOS DA SECRETARIA
 DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM)
 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.
 É DOCUMENTARISTA COM
 ESPECIALIZAÇÃO EM FILME ENSAIO
 PELA UNIVERSIDADE AUTÔNOMA DE
 BARCELONA.**

Workshop tirou dúvidas sobre a TV digital

Rede Legislativa foi um dos destaques no maior encontro parlamentar das américas, promovido pela Unale em Natal (RN)



Ricardo Motta, presidente da Assembleia do Rio Grande do Norte: “vou às ruas e recebo o feedback imediato daquilo que os cidadãos veem na TV Assembleia”

O Workshop Regional sobre TV Digital – Nordeste, promovido pela ASTRAL, foi um dos destaques da XVI Conferência Anual na União Nacional dos Legislativos e Legisladores Estaduais (Unale), realizada em Natal, em maio do ano passado. O evento levou à região informações sobre a Rede Legislativa de TV Digital e teve a participação de representantes de vários estados brasileiros, além de técnicos especialistas na tecnologia digital.

O objetivo principal do workshop foi tirar dúvidas a respeito dos canais digitais utilizados pela rede de emissoras de TVs legislativas, dentro do sistema de multiprogramação. Este sistema já está em operação e leva a grande parte da população brasileira informações sobre os legislativos federal, estadual e municipal.

Durante o encontro, aproveitando os mais de mil deputados estaduais e vereadores presentes ao Centro de Convenções de Natal, foi lan-

çado o primeiro número da **Revista da Astral**, com informações a respeito da expansão do sinal de TV digital em todo o país e sobre a rede nacional de emissoras legislativas em formação. “Havia um desconhecimento grande com relação a esta rede, que deve se espalhar pelo país inteiro nos próximos dez anos e mudar a relação entre o cidadão e os legisladores”, afirmou o presidente da Astral, Antonio Vital.

A formação da rede legislativa de TV digital foi o eixo em torno do qual girou a maioria dos painéis apresentados no workshop. A rede começou a ser formada a partir da expansão dos sinais digitais da TV Câmara nas capitais e no interior. Câmara e Senado partilharam entre si a responsabilidade de levar seus sinais para as capitais, dividindo os custos. E a Câmara dos Deputados, por meio de acordos com as assembleias legislativas e câmaras de vereadores, está viabilizando junto ao Ministério das Comunicações consignação de canais de alcance estadual (o das assembleias) e municipal (o das câmaras de vereadores). Câmara, Senado, assembleias e municípios dividem entre si os investimentos necessários.

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ricardo Motta, destacou a contribuição das emissoras legislativas ao processo de democratização do país, ao divulgarem e popularizarem as atividades parlamentares. “Como legislador, sei da relevância da produção desse conteúdo para a população. Vou às ruas e recebo o feedback imediato das sessões plenárias e de outros eventos que os cidadãos vêem na TV Assembleia”, disse ele, se referindo às ativi-

“É um processo complexo, envolvido em questões que precisam ser superadas, uma vez que um canal aberto à disposição do Parlamento é uma oportunidade histórica que não poderá ser desperdiçada”

Civa Silveira,
diretora da TV ALRS

dades da TV Assembleia do Rio Grande do Norte.

A diretora da TV Assembleia, Geórgia Nery, falou sobre o conteúdo veiculado pela emissora: “Temos mais de vinte programas em nossa grade, entre eles dois jornais diários e quatro boletins informativos, além dos eventos da Casa. Somos 40 funcionários, entre técnicos e jornalistas, e aprendemos a otimizar o nosso tempo e espaço físico. Hoje temos cerca de 10 mil horas de imagens públicas de qualidade que, além de vei-

culadas, podem vir a formar um importante acervo imagético do nosso estado”.

Preparo para entrar na Rede

A TV Assembleia do Rio Grande do Norte começou a operar em outubro de 2003. Na época do workshop, o canal se preparava para abrir seu sinal para todos os 167 municípios do estado por meio da TV digi-



Antonio Vital, presidente da Astral: “havia um desconhecimento muito grande com relação a esta rede”

tal. Até então o sinal aberto só chegava a Natal e Região Metropolitana, Lagoa Nova e Pau dos Ferros – com processo de implantação em Santa Cruz, Nova Cruz, Assu, Mossoró, Currais Novos e Caicó.

O evento de Natal foi o segundo workshop promovido pela Astral. Em 2011, o primeiro encontro foi realizado em Pouso Alegre (MG), município localizado no centro de um polo de tecnologia na fronteira de São Paulo com Minas Gerais. Na ocasião, mais de cem representantes de emissoras legislativas de todo o país trataram da expansão do sinal de TV digital.

A diretora da TV ALRS (Assembleia do Rio Grande do Sul), Civa Silveira, era uma das

participantes atentas ao conteúdo apresentado em Natal. Isso porque a emissora gaúcha se preparava na época para ingressar na Rede Legislativa de TV Digital, ou seja, seu sinal seria aberto no Rio Grande do Sul. “É um processo complexo, envolvido em questões técnicas e naturalmente burocráticas, mas que precisam ser superadas passo a passo, uma vez que um canal aberto à disposição do Parlamento é uma oportunidade histórica que não poderá ser desperdiçada”, salientou.

Durante o workshop, a então secretária de Comunicação da Câmara dos Deputados, Sueli Navarro, e a então diretora de rádios e TV da AL RN e secretária-geral da Astral, Georgia

Nery, falaram sobre os desafios envolvidos na formação de uma rede legislativa de TVs legislativas. Evelin Maciel, gerente do comitê de TV Digital da Câmara dos Deputados e integrante do Conselho Técnico da Astral, foi quem esclareceu a todos a respeito do processo de autorização de canais pelo Ministério das Comunicações e sobre todas as etapas do processo, que envolve estudos técnicos minuciosos e exigências da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O encontro da Unale, onde foi realizado o workshop, é o maior evento parlamentar da América Latina. Além dos parlamentares brasileiros, compareceram legisladores de mais de 30 (trinta) países. ■



Projetos e soluções para TVs públicas e legislativas

A TV digital e o desafio da interatividade

POR | FABRÍCIO ROCHA*

Momentos de transição na história da tecnologia moderna foram sempre confusos, incertos e cheios de apostas furadas. Hoje dirigimos carros essencialmente parecidos, sentamos diante de PCs portáteis ou de mesas muito similares e interagimos com eles de forma quase unânime, contamos com funcionalidades mais ou menos padronizadas em nossos telefones celulares e simplesmente ignoramos a evolução quase darwiniana que eliminou várias alternativas tecnológicas no meio do caminho. É a lei da vitória do mais forte, que nem sempre é o melhor, mas simplesmente o sobrevivente.

Estamos no meio de um período de tsunamis eletrônicos que podem virar marola em muito pouco tempo mas nos desafiam a ocupar todos os espaços possíveis e imagináveis, especialmente na área de comunicação. São muitas as empresas que têm seus departamentos de marketing se descabelando em busca do aplicativo perfeito para smartphones e tablets. Grandes companhias estão investindo pequenas fortunas desenvolvendo websites com interatividade experimental que pouco ou nada têm a ver com seus produtos finais, mas que são vistos como agregação de valores e conceitos às suas marcas. E nós do mundo da televisão estamos diante de um 2013 que, por força de lei, vai impôr ao mercado brasileiro o Sistema Brasileiro de TV Digital, concebido dez anos antes para não apenas acabar com os chuveiros na telinha, mas também para proporcionar a todos os cidadãos uma inédita inclusão digital, com programas interativos, serviços públicos e possibilidades

comerciais completamente inovadoras – tudo isso tornado possível por um sistema de interatividade inovador e 100% brasileiro, que veio a se chamar Ginga.

É de se imaginar que essa nova e interessante porta tecnológica de tanto alcance fosse despertar a curiosidade e a atenção das emissoras de TV e agências de publicidade, considerando-se a tendência corporativa atual de se mostrar presente para o cidadão consumidor de todas as formas possíveis. Mas é de se admirar que isso não esteja acontecendo. E, de fato, não são de surpreender as razões para isso. Não fosse a “força de lei” supracitada, em 2013 a TV digital continuaria sendo somente filmes em HD, mercadoria *premium* para operadoras de TV por assinatura e fabricantes de eletrônicos, e artigo de luxo para poucos. E nem mesmo a força da lei garante que o Ginga vai enfim decolar.

As grandes emissoras do país estão de olho no movimento e aos poucos vão adicionando a interatividade do Ginga a seus programas. Mas beeeem aos poucos. As chamadas “aplicações de interatividade” ainda são tímidas, pouco divulgadas, pouco inovadoras e, principalmente, ainda não trazem um modelo de negócios que concilie as novas possibilidades, como anúncios interativos e compras pela TV, com a galinha de ovos doirados da publicidade tradicional que sustenta esses impérios midiáticos há anos: no tempo em que o espectador estivesse interagindo com a TV, ele deveria estar vendo um anúncio em rede nacional. Como resolver isso?

A função de experimentação recai, assim, sobre as emissoras públicas. EBC e TV Câmara, especialmente, têm se esforçado para criar serviços públicos inovadores e programas atraentes com a nova tecnologia, mas enfrentam dificuldades burocráticas e orçamentárias, falta de pessoal, e obviamente uma competição hercúlea por audiência num país em que se dizer avesso a política e coisas públicas é bacana.

É bom ressaltar que não é só a falta de clareza comercial ou de recursos que impedem os produtores de conteúdo de abraçar a TV digital interativa no Brasil. Existe toda uma perversa combinação de problemas técnicos, interesses e desinteresses econômicos e políticos que parece até meticulosamente engendrada para fazer a coisa não funcionar. Não dá para entender que nossos hermanos da Argentina tenham adotado o Ginga mais intensamente que o próprio Brasil: aqui o governo não impôs aos fabricantes a produção de receptores totalmente compatíveis com o Ginga, e criou duas configurações alternativas de “compatibilidade parcial” que impedem a produção de aplicativos plenamente interativos e atraentes.

Os próprios fabricantes vêm, em geral, demonstrando uma enorme má vontade. E as faixas de frequência de alguns canais UHF, que poderiam ser usados pela TV digital, estão sendo disputadas pelo setor de telefonia celular, lucrativo e ávido para se expandir com o 4G – mas parece que nenhuma autoridade enxergou que a infraestrutura para o chamado canal de retorno da TV digital poderia (e deveria) ser uma exigência para as operadoras vencedoras dos leilões de espectro. Até porque esse canal de retorno não parece ser levado em conta pelo Plano Nacional

de Banda Larga do governo federal.

Como não bastassem as dificuldades causadas por essas “forças maiores”, a tecnologia em si tem seus espinhos. Na turbulência atual, criar uma determinada aplicação para atingir e conquistar todo mundo exige que sejam criadas várias versões dessa aplicação, cada uma usando uma plataforma tecnológica diferente: uma versão para os usuários de iPhones e iPads, uma versão para Android, uma versão online em HTML 5 ou Java, Windows Phone, etc. Cada plataforma dessas tem instituições bilionárias por trás, milhões de usuários, muitas ferramentas de desenvolvimento. Aí junta-se a elas o Ginga: primitivo em recursos, ainda com estranhos bugs e incompatibilidades entre as implementações feitas por cada fabricante de receptores, e com uma base de usuários ainda incerta. Para quem já se vê obrigado a fazer e refazer várias versões de uma mesma aplicação, uma nova plataforma totalmente diferente das outras não é só uma a mais: é mais gasto, é mais atraso, é mais dor de cabeça.

Méritos e loas devem ser dados aos acadêmicos que criaram e desenvolvem o Ginga quase exclusivamente em universidades, com muita paixão e afinco (e todos sabemos o quanto de recursos a educação e a pesquisa recebem no Brasil). Mas para atrair e estimular os desenvolvedores de conteúdo o Ginga ainda tem muito o que fazer. As ferramentas de desenvolvimento ainda são exclusivamente voltadas para programadores de computador. As linguagens de programação usadas no Ginga, NCL e Lua, são também brasileiras mas muito mal documentadas, e não são em nada simples e amigáveis para quem não é programador – e veja bem, digo isso como nerd

“Méritos e loas devem ser dados aos acadêmicos que criaram e desenvolvem o Ginga quase exclusivamente em universidades, com muita paixão e afinco (e todos sabemos o quanto de recursos a educação e a pesquisa recebem no Brasil). Mas para atrair e estimular os desenvolvedores de conteúdo o Ginga ainda tem muito o que fazer.”

assumido e apaixonado pelo tema desde a época em que para usar um computador em casa era preciso criar programas em linguagem BASIC.

Muitas vezes dá para ver que alguns dos nomes técnicos ligados à TV digital estão mais preocupados em garantir seus lucros nesses mercados, mantendo-se necessários para as emissoras e produtoras: “você não precisa fazer isso aí, pague para mim que eu faço”. Mas a falta de ferramentas que falem a língua dos criadores de conteúdo – jornalistas, diretores, roteiristas, publicitários – bloqueia a própria criatividade e, assim, a demanda pelo Ginga. E, afinal, os melhores programadores são justamente os que se fazem mais desnecessários. Isso tudo significa que é melhor esquecer esse negócio de Ginga? Não. O conceito do sistema é interessante, útil, e pode mesmo revolucionar a forma de fazer e de assistir televisão. A função social da TV digital inte-

rativa é potencialmente explosiva, especialmente para as emissoras públicas, que não vão com ela por em risco sua subsistência. Mas 2013 vai ser um ano de vai ou racha: haverá televisores interativos no mercado, espectadores vão querer usar aquilo que compraram, as emissoras terão que reinventar seus conteúdos. Isso pode causar uma demanda súbita por ferramentas de desenvolvimento mais fáceis, os programadores poderão se concentrar nelas e não mais no conteúdo em si, e as emissoras poderão passar a exigir uma solução para a conectividade das TVs à internet. Mas, para tudo isso funcionar bem, é preciso que cada ator desse sistema enxergue o que deve ser feito e tome iniciativas para avançar, com atenção e foco. É uma questão de sobrevivência.

.....
 *FABRÍCIO ROCHA É MEMBRO DO
 GRUPO DE IMPLANTAÇÃO DA TV
 DIGITAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

OZNE

Tecnologias Digitais



PROJETO DE EMISSORAS DE TV.

PROJETO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO.

PROJETOS DE UNIDADES MÓVEIS DE TV.

UP GRADE DE EQUIPAMENTOS E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS.

PROJETOS DE BANDA BASE, SISTEMAS MASTER, INTEGRAÇÃO SAN E SISTEMAS DE FIBRA ÓPTICA.

AUXÍLIO TÉCNICO NA ESCRITA E ACOMPANHAMENTO DE LICITAÇÕES.

ESPECIALIZADA EM EMISSORAS LEGISLATIVAS.



(12) 9148-4366
 (12) 7816-6527 - ID: 55*14*573017
 contato@ozne.tv.br

A disputa pela faixa de 700 MHz e suas implicações para a Rede Legislativa de TV Digital

Por que é melhor ter um problema de realocação do que simplesmente não existir

POR | EVELIN MACIEL*

Desde a publicação pelo Ministério das Comunicações, no início de fevereiro, da Portaria nº 14/2013, com as diretrizes para a desocupação da faixa de 700 MHz pela radiodifusão para o seu uso para banda larga, uma discussão que até então estava restrita à área de engenharia adentrou as redações das casas legislativas.

Traduzindo, a faixa de 700 MHz corresponde ao espectro utilizado pelos canais de 52 a 68, exatamente onde está localizada a maior parte dos canais até agora destinada à Rede Legislativa de TV Digital. Mas não estamos sozinhos nela. As faixas dos canais 60 a 68 também são usadas há muitos anos pelos radiodifusores comerciais para o serviço de repetição de televisão e dos canais 52 a 59 para transmissão e retransmissão de sinais. Nesta briga os radiodifusores comerciais se unem a nós para garantir uma realocação justa e que não gere mais custos para a implantação da TV Digital. Aliados de peso, como todos sabem.

A briga pelo uso desta faixa já é antiga. A recomendação da União Internacional de Telecomunicações, que regula as telecomunicações no mundo todo, há muitos anos já indicava a padronização do

uso desta faixa para banda larga móvel. O Brasil vinha adiando sua decisão porque a radiodifusão já havia se instalado ali e esta seria a faixa para a TV digital caso adotássemos o sistema norte-americano.

Quando se iniciou o processo de implantação da TV digital no Brasil, a Câmara dos Deputados entendeu que era a janela de oportunidade para a universalização do sinal da TV Câmara, até então restrito às parabólicas e serviços de TV por assinatura.

A tecnologia de TV Digital possibilita a multiprogramação, o compartilhamento de um mesmo canal de 6 MHz por até quatro diferentes emissores. Esta inovação permite a inclusão de parceiros detentores de TVs legislativas nos níveis federal, estadual e municipal, sendo esta a principal característica da Rede Legislativa de TV Digital. Redução de custo, otimização de recursos públicos, ampliação da transparência das Casas Legislativas estão entre as qualidades do projeto.

Desde 2007 a Câmara dos Deputados tem trabalhado para a ocupação do espectro digital. Em outubro daquele ano, foram abertas as consultas públicas nºs 833 e 835 sobre a destinação desta faixa, pela Anatel. No entanto, esta consulta levou al-

guns anos para ser concluída. Com a consulta em andamento, o primeiro canal de TV digital que a Câmara dos Deputados recebeu foi o 61 para a cidade de São Paulo, em 18 de dezembro de 2007. Em 2008 foi inaugurada a operação experimental na capital paulista, com os sinais da TV Câmara, TV Assembleia e TV Senado, a primeira operação de multiprogramação no Brasil.

Enquanto a Consulta Pública da Anatel permanecia em aberto, numa clara disputa de interesses entre radiodifusores e empresas de telecomunicações, em 11 de fevereiro de 2009 o Ministério das Comunicações publicou a Norma Geral para Execução do Serviço de Televisão Pública Digital, determinando a inclusão dos canais de 60 a 69 no Plano Básico de Frequências de Televisão Digital para uso exclusivo das TVs públicas. E também nos autorizou a receber canais de 14 a 59, eventualmente.

Em 12 de novembro de 2009, a Câmara dos Deputados recebeu consignações para Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Manaus. Todos no canal 61, para geradoras. Apesar disso, todas as consignações foram dadas em caráter provisório, uma vez que este canal não estava no plano básico de frequência e ainda estavam sujeitos ao resultado das referidas consultas públicas.

Esta mesma Norma Geral para Execução do Serviço de Televisão Pública Digital, de 2009, autorizava a inserção de programação local em retransmissoras públicas de TV Digital. Com base nisto, em 3 de abril de 2012 o Ministério das Comunicações consignou à Câmara 50 canais de retransmissão de TV digital, sempre no canal 61.

No entanto, outra Portaria do Ministério, a nº 106, de março de 2012, vetou a inserção de programação local em retransmissoras públicas de TV digital. Essa medida atingiu em cheio a Rede Legislativa de Televisão Digital, uma vez que sua capilaridade é garantida justamente pela participação das Câmaras Municipais. Ou seja, os 50 canais consignados à Câmara não serviam ao projeto de Rede Legislativa em andamento.

A consulta pública aberta em 2007, sobre a destinação da faixa, foi concluída em março de 2012. O Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Frequências para os Serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos destinou a faixa dos canais

60 a 68 para uso da radiodifusão, nas cidades onde o espectro é mais congestionado, até 2016, quando está previsto o desligamento do sistema analógico. Ou seja, só no ano passado esta faixa foi oficialmente destinada para a radiodifusão, em caráter primário e sem exclusividade. E manteve a destinação da faixa para repetição de TV, fora das capitais e cidades congestionadas, em caráter secundário e também sem exclusividade. O Regulamento Técnico para Prestação do Serviço de Radiodifusão e de Retransmissão de TV incorporou os canais 60 a 68 à canalização destinada à TV digital.

Com os canais recebidos pela Câmara devidamente incluídos pela Anatel no Plano Básico de Frequências, em maio de 2012, demos sequência às inaugurações. No ano passado, inauguramos a Rede Legislativa em Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Manaus (em parceria com o Senado Federal), Barretos, Ribeirão Preto, Jaú e Uberaba (com as Câmaras Municipais). Somando Brasília, fechamos 2012 com 10 cidades com o sinal aberto e gratuito de nossas TVs legislativas. Em 2013, a Câmara Municipal de Tupã iniciou as transmissões experimentais.

Apesar destas iniciativas atestarem a viabilidade do modelo de compartilhamento da Rede Legislativa, as consignações da Câmara tinham sido para retransmissoras, o que inviabilizava a rede com inserção local. Para corrigir essa deficiência, em 18 de dezembro de 2012 o Ministério das Comunicações consignou novamente 43 canais para a Câmara, agora como geradoras. Os canais foram distribuídos entre 60, 61 e 62, como indicou a Anatel ao incluir estes canais no Plano Básico de Frequências, para evitar problemas de interferência entre uma cidade e outra. Faltaram sete consignações, para cidades do interior de São Paulo, onde a Anatel não conseguiu viabilizar canais sem interferência. Um grupo de engenheiros está debruçado sobre o problema, juntamente com as câmaras municipais, a Câmara dos Deputados e a Assembleia de São Paulo, em busca de uma solução que garanta a implantação da Rede Legislativa nestas cidades.

O fato curioso é que somente a republicação das outorgas aos canais destinados à Câmara dos Deputados, em dezembro de 2012, despertou o interesse da mídia especializada. A destinação de canais para a Câmara foi tratada como um empecilho para a desocupação da faixa de 700 MHz. No entanto, neste mesmo dia o Ministério também garantiu,

por meio de outras portarias, a regulamentação de outro canal público, o Canal da Cidadania, criado pelo Decreto nº 5.820, de 2006, e ainda não implantado. Os canais de caráter secundários hoje usados pela radiodifusão comercial nesta faixa, as citadas repetidoras e links, também passaram a ter espaço garantido no Plano Básico de Frequências de TV Digital quando for desligado o sistema analógico. Estima-se que sejam cerca de quatro mil operações, indica a imprensa especializada.

Em busca de uma solução definitiva para a disputa, a Portaria nº 14/2013 autorizou a Anatel a iniciar estudos de viabilidade para destinar novo uso para a faixa de canais de 52 a 68 com algumas premissas a serem consideradas. Entre elas, garantir a continuidade dos serviços de radiodifusão que hoje ocupam estes canais caso tenham que ser realocados e evitar que haja interferência com os sinais de banda larga que venham eventualmente utilizar a mesma faixa.

A Anatel está estudando fórmulas para acomodar todas as emissoras com o melhor uso do espectro abaixo do número 52. Estudos de interferência nas transmissões de dados e de radiodifusão também estão em andamento. Está prevista a realização de consulta e audiência pública para debater o assunto com todos os interessados.

Como a faixa de 700 MHz só pode ser utilizada imediatamente para a banda larga em sete regiões metropolitanas (Aracajú, João Pessoa, Macapá, Maceió, Manaus, Natal e São Luís) e no interior do país, a Anatel trabalhará para a antecipação do desligamento da TV analógica, previsto para 2016.

Em regiões mais críticas, que podem chegar a 900 cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, outras capitais e parte do interior de São Paulo, o desligamento do sistema analógico é mandatório para haver a realocação dos canais hoje ocupantes da faixa de 700 MHz. Só assim po-

derá haver leilão do espectro liberado para serviços de banda larga móvel 4G, seja em 2014 ou 2015. E em muitas destas cidades a Câmara dos Deputados já tem consignação, ou seja, terá que ser considerada na hora da realocação. Aguarda-se para maio um plano de desocupação do espectro. A partir daí, o cronograma de desligamento do sistema analógico será definido.

Neste momento, o que temos de concreto é o fato de existirmos neste mercado tão agressivo e competitivo. Até o fim de 2007, não havia canal para as TVs legislativas nos grandes centros metropolitanos. Ocupar a faixa de 700 MHz era a única opção para abriremos nossos sinais.

O Ministério das Comunicações e a Anatel assumiram o compromisso de zelar para que os investimentos realizados pela Câmara dos Deputados e seus parceiros públicos na instalação dos 60 canais já consignados nesta faixa sejam preservados e os custos com a realocação sejam assumidos pelos interessados na nova ocupação. Ou seja, as empresas de telecomunicações que vão operar o 4G. Mas também já nos alertaram: novos canais só serão consignados abaixo do canal 52. Já temos mais de 130 pedidos de novos canais protocolados no Ministério das Comunicações.

A Rede Legislativa ainda tem muito espaço para crescer, até que esta disputa pela faixa de 700 MHz seja concluída. E pelo tamanho da briga e dos gigantes envolvidos, é melhor trabalharmos para que nossos canais sejam mais que portarias do Diário Oficial.

.....
***EVELIN MACIEL É COORDENADORA
DA REDE LEGISLATIVA DE RÁDIO E TV
DIGITAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,
MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA E
ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE
TELECOMUNICAÇÕES**

“O Ministério das Comunicações e a Anatel assumiram o compromisso de zelar para que os investimentos realizados na instalação dos 60 canais já consignados (na faixa de 700 MHz) sejam preservados e os custos com a realocação sejam assumidos pelos interessados na nova ocupação: as empresas que vão operar o 4G”

■ TV ASSEMBLEIA DO CEARÁ

Produção própria para o povo cearense



Redação da emissora, que integra a Rede legislativa de TV Digital e transmite em canal aberto em Fortaleza e região metropolitana

A TV Assembleia e a Rádio FM Assembleia (96,7 MHz), emissoras integrantes do Complexo de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, priorizam em sua programação as atividades próprias do parlamento cearense, de modo a assegurar a transparência de seu trabalho e dar à sociedade completo acesso às ações dos seus representantes. Assim, são transmitidas as sessões ordinárias e os debates nas comissões técnicas, o que permite aos cidadãos cearenses acompanhar o trabalho dos deputados estaduais.

As duas emissoras complementam suas programações com produções próprias que abordam questões de interesse regional e estadual, passando pela história, cultura, artes e costumes do povo do Ceará e do Nordeste.

Segundo o coordenador de comunicação social da Casa, jornalista Hermann Hesse, a prioridade das emissoras é levar ao povo as atividades diárias do Poder Legislativo. “A programação complementar evidencia a história, a cultura e a arte regionais, inserindo o cidadão no contexto político estadual, regional e também nacional. Além disso, consideramos que temos o papel de contribuir para a formação da cidadania, e nesse contexto se inserem os programas e campanhas educativas de caráter sociopolítico e ambiental que são levados ao ar pela TV e pela Rádio”, disse.

A emissora é transmitida tanto em sinal analógico quanto em sinal digital, este em parceria com a TV Câmara (da Câmara dos Deputados) – por meio da

Rede Legislativa de TV Digital. A rede usa a capacidade do sinal digital de dividir o mesmo canal em quatro para permitir a transmissão, em canais próprios, da TV Câmara, da TV Senado, da emissora da Assembleia Legislativa e ainda da Câmara Municipal. Isso é feito a partir da partilha de custos entre os envolvidos e está em fase de implantação em dezenas de municípios.

PROGRAMAÇÃO

O diretor da TV Assembleia, Leonardo Borba, explica que a emissora conta com três núcleos de programação: cotidiano, documentário e cultural. “Além da nossa principal finalidade, que é mostrar o dia a dia do parlamento e a atuação dos par-

lamentares, transmitindo as sessões e reuniões das comissões, nós produzimos dois telejornais (*Primeiro Expediente* e *Jornal AL*) e um programa de entrevistas (*Questão de Ordem*), todos diários. Na área de cultura, temos o programa *Identidade Cultural*, a série de documentários *Perfil*, mostrando a biografia de pessoas importantes na história do Ceará, e ainda o *Repórter Assembleia*”, informou Leonardo.

A TV Assembleia, assim como a Rádio FM, produzem suas próprias programações, com exceção apenas dos programas da Câmara Federal, fruto da parceria com a TV e Rádio Câmara. As emissoras também transmitem programas musicais de produção própria, como o *Ceará Cultural Rock*, o *Brasil Musical* e o *I Festival de Música da Assembleia*, todos pela televisão. Pela Rádio, são transmitidos os musicais *Gonzagando*, *Abluesando*, *Frank Sinatra & Amigos*, o *Som dos Festivais*, *Qual é o Tom do Ceará* e *Brasilidade*. As duas emissoras produzem e transmitem também programas sobre literatura, poesias, esportes (*História das Copas*) e a programação cultural da cidade.



Programa *Questão de ordem*: espaço para o deputado estadual discutir diariamente os temas legislativos

RÁDIO FM ASSEMBLEIA

Na Rádio FM Assembleia, a diretora, jornalista Fátima Abreu, se orgulha dos documentários, dos especiais e das campanhas educativas desenvolvidas, dentre as quais a de conscientização sobre o papel da mulher na sociedade, sobre a prevenção e combate à dengue, coleta seletiva do lixo, direitos da criança e pela busca do bem-estar e felicidade dos cidadãos como direitos da coletividade.

Fátima Abreu destaca que as produções da rádio são próprias, pensadas e executadas por ela e pelo jornalista Ronaldo César. O ponto alto da programação é o *Programa Narcélio Limaverde*, com horário fixo, antecedendo as sessões da Assembleia. O programa traz diariamente três entrevistas com deputados e autoridades; abre espaço para o balanço semanal da Ouvidoria Parlamentar; faz prestação de serviços; dá dicas culturais e apresenta diariamente uma matéria relacionada ao parlamento cearense.

“A prioridade é levar ao povo as atividades diárias do Poder Legislativo. A programação complementar evidencia a história, a cultura e a arte regionais. Além disso, há a iniciativa de contribuir para a formação da cidadania com programas e campanhas educativas de caráter sociopolítico e ambiental”

SERVIÇO

A TV Assembleia do Ceará transmite sua programação em sinal digital 61.3 e 30 UHF analógico, e também por antena parabólica, atingindo assim, na primeira categoria, Fortaleza e Região Metropolitana; na segunda categoria, todos os municípios do Ceará; e na terceira, todo território nacional.

Onde o capixaba se reconhece



Programa Um dedo de prosa, que faz parte da programação cultural da emissora do Legislativo capixaba: 90% de programação própria

A TV Assembleia do Espírito Santo teve um começo muito parecido com o de muitas TVs legislativas brasileiras. Pouco se sabia sobre como fazer uma televisão de interesse público, com o foco na sociedade, já que a referência era o modelo privado de televisão, voltado para o consumo de produtos e serviços. As dificuldades iniciais técnicas e de pessoal para se desenvolver conteúdos não desanimaram quem tinha a tarefa de fazer tudo acontecer. Os desafios de veicular não só as sessões parlamentares, mas também conteúdos de qualidade foram encarados com naturalidade, afinal, o dever de se levar conhecimento acerca das atividades parlamentares, cultura e cidadania foi a bússola na construção de uma grade de programação variada, interessante e que atendesse às

necessidades de informação do cidadão.

O Espírito Santo é um dos primeiros estados brasileiros a avançar na comunicação parlamentar. Em fevereiro de 2002 foi feita a primeira transmissão ao vivo de uma sessão ordinária. Esse momento marca oficialmente a criação da TV Assembleia capixaba, mas havia ainda um longo caminho até a consolidação efetiva da programação da televisão.

ALCANCE

Hoje a transmissão é feita via cabo pelo canal 12 da NET e as sessões são veiculadas ao vivo, em canal aberto, para a Grande Vitória, por meio de parceria com a TV Educativa do Espírito Santo. E, para am-

pliar o alcance, a programação da TV Assembleia é transmitida simultaneamente via web.

Além da transmissão em canal aberto analógico, a TV Assembleia prepara um grande salto tecnológico. Ainda este ano a emissora passará a ser transmitida em canal aberto, graças à adesão da Assembleia capixaba à Rede Legislativa de TV Digital, um projeto da Câmara dos Deputados que utiliza a tecnologia digital para levar aos brasileiros tudo o que acontece no Legislativo federal, estadual e municipal. Isso é possível por dois fatores: a multiprogramação, capacidade de o mesmo canal se transformar em quatro com a tecnologia digital, e a parceria entre Câmara, assembleias e municípios – o que implica

partilha de custos na expansão do sinal.

Além da possibilitar a veiculação das sessões ordinárias do Poder Legislativo, a TVE vai ceder um espaço na sua torre de transmissão, em Vitória, para a instalação, sem custos, do transmissor digital.

PRODUÇÃO PRÓPRIA E PARCERIAS

A TV Assembleia funciona basicamente com produção de programas próprios e parcerias com organismos governamentais e não governamentais. Atualmente, além da cobertura dos eventos parlamentares, a equipe da TV produz uma programação diversificada com 27 produtos permanentes, entre programas, séries e pílulas para intervalo com conteúdo informativo, em formatos de até 30 segundos.

Isso significa que 90% da grade é composta de produções próprias. Como não é possível publicidade comercial em uma TV legislativa, os intervalos “vendem” o que o estado tem de melhor: sua gente, sua história e seu patrimônio cultural. Programas como o telegiornal diário *Panorama e o Ação Parlamentar*, que divulgam as atividades parlamentares. Há também debates sobre temas de interesse da sociedade, que acontecem no *Opinião* e no *ES em Debate*.



Programa Ação Parlamentar: uma maneira de divulgar diariamente as ações dos deputados estaduais.

Entrevistas e documentários também fazem parte da programação da TV Assembleia, assim como programas como *Personalidades*, *Biografia*, *Municípios Capixabas* e *Um Dedo de Prosa*, que valorizam o patrimônio cultural, histórico e literário capixabas.

Para completar uma grade tão variada de programas, a TV também conta com parcerias. O *Espaço Parceria* engloba 15 instituições, entre as quais fundações, institutos, tribunais, Ministério Público, Defensoria Pública, Senado e câmaras municipais e federal, que produzem programas com o objetivo de informar, alertar e esclarecer o cidadão.

EVOLUÇÃO CONSTANTE

A TV Assembleia evoluiu muito ao longo de pouco mais

de uma década de existência. Mudanças estruturais têm sido implementadas para melhorar a qualidade dos produtos da grade e tornar mais ágil o trabalho de produção. Hoje a TV conta com uma equipe de mais de 40 profissionais, que trabalham de forma integrada com a web. Já a infra-estrutura tem um estúdio multifuncional e três ilhas de edição, usados na produção semanal de diversos conteúdos, divulgados em horários pré-definidos na grade de programação.

A perspectiva é que a TV continue ampliando e fortalecendo parcerias, fazendo da transparência e da prestação de serviços critérios fundamentais na escolha dos produtos que veicula. Criando programas em consonância com o que a sociedade capixaba deseja e precisa saber.

SERVIÇO

A TV ALES pode ser sintonizada no canal 12 da NET ou assistida na web no site oficial do Legislativo: www.al.es.gov.br, no link “Tv Assembleia”. Atualmente, o sinal chega em Vitória e Vila Velha. A previsão é de que até o segundo semestre passe a ser transmitida por meio do sinal digital para todos os municípios que compõem a região metropolitana da Grande Vitória: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

Em apenas dois anos, diversidade e expansão do sinal

O Maranhão é o segundo maior estado da região Nordeste e o oitavo maior do Brasil. Isso contribui para que seja marcado por grande diversidade cultural, resultado da miscigenação das culturas européias e africanas, presentes no modo de falar, na culinária, nas manifestações religiosas, nas artes e na dança. Essa pluralidade é um dos princípios adotados pela programação da TV Assembleia do Maranhão, inaugurada em 27 de janeiro de 2011.

A TV nasceu de um esforço de várias gestões da casa legislativa. Sua principal missão é aproximar o cidadão dos 217 municípios das temáticas discutidas pelos seus representantes. Na grade de programação da TV, as sessões plenárias têm prioridade, sendo transmitidas ao vivo, e ainda, com reprise no horário da noite. A TV também abre espaço para a transmissão das audiências públicas que trazem para o debate temas de relevante interesse social com a participação de autoridades, parlamentares e sociedade civil. “A audiência pública é uma ferramenta do Legislativo para garantir um espaço amplo de discussão sobre assuntos que fazem parte da vida do cidadão. A transmissão pela TV aumenta esse espaço, tornando a discussão mais democrática”, afirma a presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia, deputada Eliziane Gama.

A programação da TV garante a ressonância dos assuntos em pauta no plenário da Assembleia,



A TV do Legislativo maranhense produz quatro programas e deve transmitir em sinal aberto até o fim do ano

mas também pauta o Legislativo ao exibir em sua programação questões levadas ao parlamento através dos discursos dos deputados. Assuntos como crianças fora da sala de aula, casos de pedofilia, desrespeito às leis já aprovadas, descaso no atendimento de saúde, fiscalização de prestação de serviços feita por órgãos públicos e as questões ambientais do estado são pautados pela TV Parlamentar.

PROGRAMAS

Ao todo são produzidos pela emissora quatro programas. A TV aprofunda as questões a partir de entrevistas com os parlamentares e autoridades locais, exibindo de segunda a sexta, às 8h30, o programa *Portal da Assembleia*. O programa, apresentado do estúdio da TV e com entradas de repórteres ao vivo, traz blocos com entrevistas e reportagens com a repercussão das sessões plenárias e as grandes questões do país.

Aos sábados vai ao ar o *Parlamento Cidadão*, que traz um resumo da semana legislativa.

A TV também investe no fortalecimento da cultura maranhense. Semanalmente vai ao ar o programa *Parlamento Literário*, com a história de protagonistas da literatura e da música – e o destaque para suas principais obras. Já passearam pelo *Parlamento Literário* a vida e obra de Pablo Neruda, Gabriel Garcia marques, Carlos Drummond de Andrade, Josué Montelo e Renato Russo. O programa *Documento Especial* também faz parte da grade de programação. O programa exibe documentários sobre variados temas, principalmente, sobre o cotidiano do Maranhão, suas riquezas naturais e hábitos e costumes das populações rurais e personalidades.

A emissora veicula ainda programas da TV Senado e TV Câmara, campanhas institucionais e está celebrando acordos

de cooperação técnica para veiculação de conteúdo produzido por órgãos públicos e instituições. Um novo telejornal deve entrar no ar ainda este semestre no horário da noite.

Hoje a TV Assembleia tem um quadro de 30 colaboradores, entre jornalistas, cinegrafistas, editores, produtores e técnicos. Ainda neste semestre está prevista a entrada em sinal aberto digital da TV, a partir de convênio com o Senado Federal, o que possibilitará uma ampliação do acesso à programação. A concessão do canal 51 para o Maranhão foi solicitada ao Ministério das Comunicações pelo Senado Federal após assinatura de acordo de cooperação técnica em 2011 entre o presidente do Senado, José Sarney, e o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Arnaldo Melo. “A televisão e o rádio são setores de informação de massa relevantes para a população do Maranhão. Portanto, de inclusão social, fazendo o cidadão acompanhar ao vivo o trabalho do seu represen-

“A televisão e o rádio são setores de informação de massa relevantes para a população do Maranhão. Portanto, de inclusão social, fazendo o cidadão acompanhar ao vivo o trabalho do seu representante e os grandes debates do estado e da nação”

Deputado Arnaldo Melo,
presidente da Assembleia do Maranhão.

tante e os grandes debates do estado e da nação”, diz o Presidente da Assembleia do Maranhão.

A Assembleia Legislativa prepara uma nova estrutura de comunicação. Está sendo construído um prédio de 2.500 metros quadrados que vai abrigar todo o complexo de comunicação. Nele, vão trabalhar de forma integrada profissionais do site, rádio, agência e TV Assembleia.

“A filiação à Associação Brasileira de TVs e Rádios Legislativas (Astral) consolida o

relevante papel social da TV parlamentar do Maranhão e a experiência de outros veículos de comunicação legislativos vai colaborar com o processo de democratização das ações do parlamento maranhense”, analisa a diretora de Comunicação da Assembleia, Dulce Britto. “A entrada na Astral possibilita o intercâmbio de informações com profissionais de outras TVs legislativas e a troca de conteúdo garante a consolidação do papel público da TV parlamentar”, conclui.



Estúdio da TV Assembleia do Maranhão: novas instalações vão abrigar em breve todo o complexo de comunicação da Casa, com agência, TV e rádio

SERVIÇO

A TV ASSEMBLEIA pode ser sintonizada no canal 17 da TVN (TV a cabo) e no site www.al.ma.gov.br.

Transmissões ao vivo e programação própria

Quem vai à TV Assembleia, no segundo andar do Palácio da Inconfidência, sede do Legislativo mineiro, se depara com uma frase que representa a diretriz da emissora: “Política ao vivo, transparência no ar”. É este princípio a base da programação que chega diariamente a 242 municípios. Embora dar publicidade aos atos do Parlamento seja o seu papel maior, a grade da emissora não se restringe a essas transmissões. O leque de programas à disposição do cidadão mineiro é variado: são debates, documentários, entrevistas, teleaulas e apresentações musicais, totalizando 16 horas semanais de edições inéditas.

Para Rafael Samarone, telespectador e servidor público de Montes Claros (Norte), um dos pontos fortes da TV é exatamente essa variedade de conteúdo. Dos 16 programas atualmente veiculados, Rafael disse gostar mais do *Mundo Político*, voltado para entrevistas e análise dos bastidores da política. “É um espaço que estabelece críticas construtivas, independente da questão partidária”, afirma. Outra atração vista com frequência por Rafael é o semanal *Assembleia Debate*, que coloca frente a frente parlamentares e autoridades de opiniões distintas para a discussão de questões de interesse do estado e do cidadão.

Com relação à cobertura diária, só no ano passado foram mais de mil horas de transmissão inédita de reuniões de Ple-



Programa Sala de Imprensa: jornalistas mineiros sabatinam especialistas sobre assuntos em debate na Assembleia

nário e comissões, sendo 760 horas ao vivo. É a informação direto da fonte sobre os temas em discussão nas omissões e os projetos em votação no Plenário, tudo disponível para o cidadão a qualquer hora do dia, sem cortes ou distorções e, na maioria das vezes, ao vivo. “Por trás desse trabalho, uma complexa e articulada estrutura se movimenta para garantir a integralidade e a qualidade de som e imagem de cada evento transmitido”, explica a gerente-geral de Rádio e Televisão da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Patrícia Porto.

PROFISSIONAIS DA TV

Dos atuais 16 programas, 13 são produzidos pela equipe da TV Assembleia, composta de jornalistas selecionados por concurso público, além de mão-de-obra técnica terceiri-

zada. As equipes de cada programa seguem escalas para utilização do estúdio e das ilhas de edição e as demandas de gravações externas são atendidas com prioridade. Essa é uma mudança adotada há pouco tempo que permitiu a criação de três novos produtos sem ampliação do quadro de funcionários.

“A tendência em toda emissora de TV é que o telejornal absorva a grande parte dos recursos humanos e tecnológicos disponíveis. Por isso, não foi nada fácil redirecionar as equipes de reportagem para atendimento das demandas dos programas”, explicou o diretor de Rádio e Televisão, Rodrigo Lucena. “Conseguimos imprimir mais variedade à programação graças ao empenho individual das equipes e ao investimento em pessoas e tecnologia”, completou.

PROGRAMAÇÃO

Entre os programas diários, estão o *Mundo Político* e o *Repórter Assembleia*, telejornal que retrata o trabalho parlamentar nas comissões, no Plenário e no interior de Minas. No *Sala de Imprensa*, jornalistas mineiros sabatinam especialistas sobre os assuntos em destaque na mídia. A revista eletrônica *Panorama*, que vai ao ar três vezes por semana, repercute os temas discutidos no Legislativo e assuntos de interesse geral. Já o *Trabalho de Base* é um programa que mostra a atuação do parlamentar em sua base eleitoral, “um produto que ajuda a desfazer a crença de que o deputado só trabalha de segunda a sexta-feira”, segundo Patrícia Porto. No *Visão Parlamentar*, veiculado no início das transmissões ao vivo, os legisladores comentam os principais assuntos da pauta das comissões e do Plenário.

A cultura mineira também tem espaço reservado na grade da TV Assembleia. *Zás* e *Segunda Musical* levam ao público apre-

sentações teatrais e musicais de novos talentos e também de artistas consagrados. Na forma de documentários de 30 minutos de duração, o *Minas é Muitas* retrata o desenvolvimento econômico e a diversidade cultural dos mineiros. Já o *Memória e Poder* é uma coleção de depoimentos de personalidades que se destacaram na sociedade, na política e na cultura do país, relacionando a trajetória pessoal e profissional do entrevistado com os principais fatos históricos da época.

O formato diferenciado também é a marca de dois programas criados em 2011. O *Geração*, voltado para o público adolescente, é um bate-papo em estúdio entre personalidades de várias áreas e estudantes. Além de oferecer um olhar leve sobre o que é ser jovem hoje, promove discussões sobre política, sexo e cultura, costurados por uma linguagem ágil e dinâmica. No *TV Escola*, professores da Escola do Legislativo da ALMG se revezam no ensino de temas ligados ao Parlamento e à Administração Pública. As teleaulas

são exibidas na TV e utilizadas em plataformas de educação a distância com fornecimento de certificado para os alunos.

Todos esses programas são produzidos exclusivamente pela equipe da TV Assembleia. De acordo com Rodrigo Lucena, a opção pela produção própria se explica pela natureza do trabalho e por uma opção de modelo de negócio que é mais produtivo e econômico. Mas a emissora está sempre à procura de novos formatos que tragam mais qualidade para a grade, sem necessariamente exigir grandes investimentos. “Quem assiste à nossa programação pela primeira vez se torna telespectador assíduo. É esse o retorno que recebemos rotineiramente por e-mail. Por causa disso, não podemos nos acomodar, temos que oferecer novos conteúdos para ampliar a audiência e aproximar ainda mais o cidadão do Parlamento”, explica Rodrigo. Nesse sentido, ele reconhece a importância da produção independente para as emissoras legislativas do país.



Programa *Mundo Político*, um dos 13 produzidos pela TV Assembleia de Minas: opção pela produção própria.



Programa *Via Justiça*, um dos mais antigos da emissora: parceria com associação de magistrados

JUSTIÇA, DIREITO E SAÚDE

Do total de programas, apenas três são produzidos junto com entidades parceiras. O *Via Justiça* é um dos mais antigos em exibição na emissora (no ar desde 2002), fruto de convênio com a Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis). O programa reúne juristas e parlamentares para debater direitos do cidadão e analisar as recentes decisões na área. A produção e a reportagem ficam a cargo da entidade. A direção de conteúdo e as gravações em estúdio são de responsabilidade da emissora mineira. O produto acabado é exibido também na TV Justiça.

Recém incorporados à grade, os programas *Estado de Direito* e *Saúde em Pauta* também são produzidos com parceiros. O primeiro inclui o Ministério Público Estadual, a Associação Mineira do Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Defensoria Pública. Cada

entidade produz um programa de 30 minutos, que é veiculado em horários alternados.

O convênio com a Secretaria de Estado de Saúde já é diferente: os assuntos a serem discutidos no *Saúde em Pauta* são definidos em conjunto com a TV, que também fornece imagens das atividades da Comissão de Saúde do Legislativo. A finalização do programa fica por conta do Canal Minas Saúde, subordinado à Secretaria. Pelo mesmo convênio, também são veiculados outros produtos de curta

duração ao longo da programação. “O Canal Minas Saúde tem um conteúdo de altíssima qualidade, são mais de 600 vídeos. Fomos em busca de uma parceria com esse outro grande instrumento de cidadania, que é a TV Assembleia, uma vez que somos uma rede corporativa, fechada”, explica o secretário de Saúde, Antônio Jorge.

Para a psicóloga e professora Ana Célia Gomes Pedrosa, telespectadora residente em Belo Horizonte, a TV Assembleia “possibilita uma aproximação do povo com o que está acontecendo no estado”. Já a professora aposentada e líder comunitária em Itabira (Região Central), Maria da Penha Reis, acredita que “a TV passa muita informação importante e acaba ensinando”. Em sua opinião, em geral, é comum haver dificuldade de entendimento sobre o assunto político. “A programação explica o que está na esfera de ação do deputado, por isso, sempre gosto de assistir às reuniões dos parlamentares e aos debates”, disse.

“Quem assiste à nossa programação pela primeira vez se torna telespectador assíduo. É esse o retorno que recebemos rotineiramente por e-mail. Por causa disso, não podemos nos acomodar. Temos que oferecer novos conteúdos para ampliar a audiência e aproximar ainda mais o cidadão do Parlamento”

Rodrigo Lucena, diretor de Rádio e TV da Assembleia de MG

SERVIÇO

A programação da TV Assembleia é transmitida para 242 municípios em sinal aberto e por cabo. A relação de canais está disponível no portal da ALMG, onde também é possível acompanhar a programação em tempo real (www.almg.gov.br/tv). Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a emissora é sintonizada em sinal aberto no canal 35 UHF e no canal 61.2 (digital).

■ TV ASSEMBLEIA DE MATO GROSSO DO SUL

Diversificar a programação para democratizar a informação

O ano de 2013 começou cheio de projetos e desafios para a TV Assembleia de Mato Grosso do Sul. Em 2012, as 17 horas diárias de programação mostraram com transparência as ações do Legislativo, por meio das sessões plenárias, especiais, solenes, audiências públicas e das reuniões das comissões. O canal também apresentou documentários, reportagens e campanhas, além de divulgar as parcerias com diversos segmentos da sociedade.

Por ser uma TV pública, que tem o compromisso com a independência e com o interesse do cidadão, a programação também foi diversificada com conteúdos que aproximam o canal legislativo ainda mais da realidade dos moradores do Mato Grosso do Sul. Programas como *TV Aberta*, por exemplo, que trata de assuntos importantes do cotidiano, como saúde, cidadania, educação, ciência, estética e novidades, receberam mais espaço na grade da emissora. Produzido com modernidade, transparência e participação do público, o programa sintetiza os temas atuais em produtos televisivos com muita informação e preocupação com o entretenimento.

Outro exemplo é o programa *Novos Caminhos*, que procura mostrar detalhes da identidade local de cada região. Mato Grosso do Sul, além de ser um estado relativamente recente, é conhecido por sua beleza natural. Reserva histórias, fatos e atualidades bastante positivos, mas pouco explorados pelo jornalismo diário. O desafio do



Repórter da TV Assembleia grava passagem em frente à sede do Legislativo do Mato Grosso do Sul



Identificação com os cidadãos é uma marca das 17 horas diárias de programação da TV AL/MS

programa semanal e temático é divulgar e difundir essa agenda notória e dar boas notícias sobre essa terra em crescimento.

Após onze anos de atividades, a TV AL/MS se tornou parte do cotidiano do Legislativo e também da população, democratizando cada vez mais a informação. Em breve, a TV Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul estará, de acordo com o planejamento estratégico, transmitindo em canal digital aberto para todo o estado e, assim, a população sul-mato-grossense poderá exercer uma função ainda mais fiscalizadora e participativa sobre os atos dos parlamentares.

Serviço

A TV Assembleia é transmitida via cabo em Campo Grande pelo Canal 9, em Dourados pelo Canal 9 e em Naviraí pelo Canal 44. Para assistir a TV Assembleia online é necessário ter conexão de internet Banda Larga e Windows Media Player 9 ou superior e acessar o endereço: <http://www.al.ms.gov.br/tvassembleia>.

Cultura é destaque em programação extensa



Programa Pauta Cultural, uma das 21 produções próprias da TV Assembleia do Piauí

A TV Assembleia do Piauí tem 27 Programas na sua grade, sendo que 21 são de produção própria e cinco terceirizados – por meio de convênios pelos quais a emissora já recebe os produtos prontos para exibição.

Além da cobertura jornalística das atividades dos deputados estaduais e dos debates, a grade dá destaque à cultura local. No ar desde março de 2010, o programa *Pauta Cultural* é dedicado à valorização da arte e cultura. O *Pauta Cultural* tem um formato diferenciado, no qual a apresentadora Alexandra Teodoro conversa ao mesmo tempo com convidados de diversas áreas, como teatro, música, literatura, televisão. “Fazer o *Pauta* é muito divertido. O programa permite uma interatividade com as diversas manifestações culturais e isso é muito rico”, afirma a apresentadora.

Em um mesmo programa é possível sair do bumba-meu-boi e conversar sobre blues, ou, numa mesma mesa de bate-papo, reunir representantes

da mais pura MPB com música gospel. Uma verdadeira salada cultural. Durante uma hora no ar, apresentadora e convidados conversam com telespectadores através das redes sociais, divulgando opiniões sobre os temas culturais discutidos no programa. “Às vezes temos temas polêmicos como as leis de incentivo e investimentos do setor público”, disse Nalda Lima, coordenadora operacional da emissora e produtora executiva do programa.

Apesar de dar prioridade aos artistas, produtores e incentivadores culturais do Piauí, as atrações nacionais também marcam presença, como Tunai, Jerry Adryanni, Os Pholhas, Moacyr Franco e Artur Menezes.

Encerrando a programação de 2012, no dia 21 de dezembro foi exibido um especial com a entrega do Prêmio Pauta Cultural 2012 - Troféu Helly Batista, aos destaques da cultura local. Foram 15 homenageados, destaques que passaram pelo programa ao longo do ano, entre atores, músicos e produtores culturais.

“Às vezes temos temas polêmicos como as leis de incentivo e investimentos do setor público”

Nalda Lima,
coordenadora operacional da emissora

SERVIÇO

A TV Assembleia do Piauí opera em canal aberto e via satélite 24 horas para 41 cidades do Piauí nos seguintes canais: Parnaíba (50), Picos (52), Piripiri (14), Floriano (44), Campo Maior (23), Barras (43), União (15), Altos (59), Pedro II (18), Esperantina (41), Oeiras (18), José de Freitas (35), Miguel Alves (18), São Raimundo Nonato (22), Piracuruca (15), Luis Correia (18), Uruçui (14), Bom Jesus (20), Luzilândia (34), Corrente (11), São João do Piauí (14), Monsenhor Gil (14), Batalha (18), Colônia do Gurgueia (11), Bertolina (12), Matias Olímpio (30), Castelo do Piauí (18), Simplício Mendes (16), Teresina (16), Timon (16), Lagoa Alegre (6), Porto (9), Beneditinos (7), Elesbão Veloso (5), Francinópolis (11), Inhumas (11), São José da Varjota (5), Dom Espedito Lopes (13), Bocaina (13), Jaicós (13), Jacobina (11), Alegrete do Piauí (16). Mais informações: www.alepi.pi.gov.br.

■ TV ASSEMBLEIA DO RN

Produção própria e expansão do sinal

Prestes a completar dez anos de atividades, quatro dos quais em canal aberto, a TV Assembleia do Rio Grande do Norte é uma das pioneiras entre as emissoras legislativas do país.

Desde sua criação, a TVAL-RN vem sendo pautada segundo princípios bem definidos: cabe a ela divulgar as ações da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte de forma isenta, apartidária, democrática e republicana, além de possibilitar uma melhor compreensão pública dos processos legislativos e contribuir para o aperfeiçoamento das atividades legislativas no estado.

Outra missão da emissora potiguar é contribuir para o aperfeiçoamento social, econômico e cultural dos norte-riograndenses, através de uma ampla valorização de informações nas áreas de cultura, educação, saúde e economia, atendendo às peculiaridades das diversas regiões do estado.

Atualmente a grade de programação da TVAL-RN conta com vinte e cinco programas locais fixos, com veiculação diária, semanal ou mensal, além da cobertura ao vivo das sessões plenárias, reuniões de comissões, audiências públicas e outros eventos realizados pela Assembleia Legislativa.

Essa produção é compartilhada pelas equipes de jornalismo da emissora e por um Núcleo de



Plenário da Assembleia estadual: transmissão ao vivo e uma grade de 25 programas que tratam de política a cultura

Produção, criado há dois anos, para dar vazão à demanda por programas culturais, e que produz em estrutura própria. O trabalho é realizado por sessenta profissionais, entre jornalistas e técnicos.

Hoje a TVAL-RN já pode ser sintonizada em canais abertos em sete regiões do estado, incluindo-se aí a Grande Natal, que reúne seis municípios, além da capital. Para 2013 está prevista a instalação de outras doze repetidoras, com o que se atingirá mais de 80% da população potiguar.

Com isso a emissora se prepara para abrir novos espaços em sua programação cultural, com o objetivo de atender às expectativas regionais que certamente surgirão em função da interiorização de seus sinais.

Para o novo diretor da emissora, jornalista Maurício Pandolphi, a TVAL-RN terá pela frente o desafio de ampliar o espaço que já vem consolidando há anos na

mídia potiguar, através de um trabalho de equipe. “Mesmo que a cobertura legislativa seja uma prioridade, a emissora pública deve sim suprir os muitos espaços de valorização da cultura regional, que não são adequadamente atendidos pelas redes comerciais de televisão”, concluiu.

RÁDIO AL-RN

A Assembleia Legislativa do RN dispõe ainda de um Rádio WEB, que oferece uma programação jornalística e musical de ótima qualidade. Seu grande mérito é divulgar os artistas locais, abrindo espaço para a inserção da música potiguar, além de produzir boletins legislativos, que são retransmitidos por dezenas de emissoras comerciais de rádio, em todo o estado. Já está em curso o processo para obtenção de uma concessão para a operacionalização de um canal aberto de FM em Natal.

SERVIÇO

A TV Assembleia do Rio Grande do Norte pode ser sintonizada nos seguintes canais e locais. Canais abertos (analógicos): Natal - 50 UHF; Lagoa Nova - 2 VHF; Pau dos Ferros - 39 UHF; Caicó - 33 UHF; Santa Cruz - 49 UHF; Nova Cruz - 23 UHF; Assú - 39 UHF. Canais a cabo analógicos: Natal - 9; Mossoró - 38; Assú - 52; Currais Novos - 56. Canal a cabo digital: Natal - 109

Em fase de entrada no padrão digital



Programa Câmara Debate: vereadores discutem temas de interesse do cidadão com especialistas todas as quintas-feiras

A TV Câmara-BH já está em toda a rede de TV a cabo da capital mineira e trabalha para receber o sinal digital aberto na cidade de Belo Horizonte. O aparato tecnológico implementado pela emissora em 2012 contribui para a evolução do segmento de TV Legislativa nacional. A emissora produz todo o seu conteúdo em formato digital XDCam Full HD. Esse padrão, adotado pelas maiores redes de TV aberta do país e do mundo, propicia longevidade, acessibilidade e transparência, além da facilidade de difusão em todas as mídias digitais contemporâneas, como o Youtube, Vimeo e Facebook.

Com um projeto de digitalização em andamento, a TV Câmara-BH pretende modernizar o seu arquivo, que já tem mais de dez anos, o que vai conferir mais agilidade à busca de conteúdo e segurança no armazenamento de seu acervo.

PROGRAMAÇÃO

Diariamente, para realizar a cobertura dos principais acontecimentos do Legislativo Municipal de Belo Horizonte, a emissora produz, em sua grade, duas horas de programação. O telejornal é apresentado em 15 minutos e o restante do tempo é distribuído entre os programas *Câmara Debate* e *Câmara Entrevista*.

Durante as eleições municipais de 2012, todo o sistema de comunicação institucional da Câmara Municipal de Belo Horizonte teve que se adequar às regras da legislação eleitoral. Desta forma, no período entre 3 de julho e 6 de outubro, a TV Câmara-BH substituiu o tradicional *Jornal da Câmara* pela exibição de 86 VTs de 15 minutos, contendo assuntos diversos e temas de caráter geral.

Entre as matérias relacionadas à área de cultura, lazer e entre-

tenimento, algumas exposições trataram dos 90 anos do rádio, exposições, cinema, feiras, esportes e artes, com destaque para exposições no Centro Cultural da UFMG. Também abordaram temas como direitos dos consumidores - finanças pessoais, inadimplência e empreendedorismo - e saúde - obesidade, doenças mentais e mal de Parkinson.

Estes são os principais programas da TV Câmara-BH:

Jornal da Câmara – De segunda a sexta-feira, das 18h45 às 19h, e reprises às 7h15. O telejornal registra os principais acontecimentos da Casa Legislativa, com enfoque para as sessões plenárias, reuniões de comissões, audiências públicas, seminários, eventos em geral e fatos de interesse do cidadão.

Câmara Debate - Programa jornalístico entrevista vereadores e convidados de diversas áreas, entre elas segurança pública,

transporte, direitos e defesa do consumidor. Com duração de 45 minutos, o programa inédito é exibido toda quinta-feira, às 18h, antes do *Jornal da Câmara*, com reprises às segundas, quartas e sextas-feiras, às 6h30; terças-feiras, às 18h; sábados, às 17h30, e domingos, às 7h.

Câmara Entrevista – Discute com especialistas e vereadores temas relacionadas ao esporte, saúde, educação e cultura, além de fatos comportamentais e de interesse da coletividade. Com duração de 45 minutos, o programa inédito é exibido às sextas-feiras, a partir das 18h. As reprises vão ao ar às segundas e quartas-feiras, às 18h; terças e quintas-feiras, às 6h30; sábados, às 7h30, e domingos às 17h.

Resumo da Semana - Com 15 minutos de duração, essa versão do *Jornal da Câmara* exhibe os principais acontecimentos da semana no Legislativo Municipal de Belo Horizonte. Aos sábados, às 8h15, com reprise às 18h15; aos domingos, a partir das 7h e 17h45. O restante da programação é preenchido com as reprises dos programas *Câmara Debate* e *Câmara Entrevista*. Na segunda-feira, o resumo vai ao ar a partir das 7h15.

WEB TV – Por meio do portal da Câmara Municipal de Belo Horizonte (www.cmbh.mg.gov.br) é possível acessar a *Web TV*, que transmite ao vivo todas as reuniões planárias, de comissões e solenes. Pela *Web TV* ainda se consulta



Jornal da Câmara: telejornal diário com a cobertura jornalística das sessões e audiências



Câmara Entrevista: programa de 45 minutos onde os vereadores prestam contas à população

a agenda, o acervo de vídeos, o *Jornal da Câmara*, as entrevistas, os programas e reportagens especiais. Todo o conteúdo produzido pela TV Câmara BH também está disponível no seguinte endereço: [youtube/tvcamarabh1](https://youtube.tvcamarabh1).

“Durante as eleições municipais de 2012, todo o sistema de comunicação institucional da Câmara Municipal de Belo Horizonte teve que se adequar às regras da legislação eleitoral. Desta forma, a TV Câmara-BH substituiu o tradicional *Jornal da Câmara* pela exibição de 86 VTs de 15 minutos, contendo assuntos diversos e temas de caráter geral.”

SERVIÇO

A TV Câmara BH está disponível no cabo no canal Legislativo (Canal 11) para toda rede em Belo Horizonte. São duas horas diárias de programação nos seguintes dias e horários: 18h às 19h e 6h30 às 7h30 (reprise) de segunda a sexta feira; aos sábados de 7h30 às 8h30 e 17h30 às 18h30; e aos domingos de 7h às 8h e 17h às 18h. A TV Câmara BH está também na internet: www.cmbh.mg.gov.br (acessar o link TV Câmara) e no You Tube, em full HD :www.tvcamarabh.com.br. A emissora também transmite ao vivo, via internet (www.cmbh.mg.gov.br), as reuniões plenárias, de comissões e solenes.

Espaço para o vereador prestar contas



Parte da equipe responsável pelos programas que levam aos moradores as discussões da Câmara Municipal da cidade paulista

A TV Câmara de Bauru está no ar desde 1988 pelo canal 10 da NET. A emissora transmite sua programação 12 horas por dia - das 10h às 22h, com produção de três horas de conteúdo inédito todos os dias.

São produzidos programas em estúdio, reportagens, documentários, matérias especiais, além da cobertura na íntegra de tudo o que acontece no Plenário da Câmara. As sessões ordinárias, audiências públicas e reuniões públicas são transmitidas ao vivo. A emissora tem em sua grade programas como *Entrevista*, *Câmara Livre*, *Câmara Documento*

e *Cidade Viva*. O programa *Entrevista* é o carro-chefe da emissora e discute temas de interesse público e social. O programa abre espaço para a prestação de contas do mandato do vereador.

Outro destaque na programação da emissora é o *Câmara Livre*, que traça um retrato dos personagens da cidade. É no *Câmara Livre* que o telespectador conhece os atores sociais sem maquiagem. O *Câmara Documento* resgata a história da cidade e da Câmara através dos personagens que ajudaram a construir a história do Legislativo e da cidade. No progra-

ma *Cidade Viva* o telespectador pode acompanhar a vida orgânica da cidade e do Legislativo. Tudo que é destaque no município é mostrado no *Cidade*.

Além dos programas fixos, a grade de programação da TV Câmara conta com a produção de matérias especiais e documentários sobre os mais variados temas. Boa parte da programação da emissora legislativa é voltada para a rotina do Legislativo e para o trabalho do vereador. A emissora acompanha os parlamentares nos bairros e mostra por meio de matérias os problemas e as reivindicações da população.

SERVIÇO

A TV Câmara de Bauru pode ser vista pelo canal 10 da NE e também pelo site da Câmara: www.camara-bauru.sp.gov.br.

■ TVL DE BLUMENAU (SC)

Forte presença da cidade na programação

A TVL de Blumenau possui uma programação variada, voltada para os interesses da comunidade. A missão de proporcionar melhores condições de exercício da cidadania através da informação é espelhada na grade de programação, que conta com telejornal diário, programas de entrevistas semanais e documentários especiais sobre a história e cultura desta população que habita a cidade pólo da região conhecida como Vale Europeu – com forte colonização alemã, o que se reflete nos programas.

Tudo isso além, é claro, da transmissão ao vivo das sessões legislativas, o que permite aos moradores participarem ativamente das discussões e serem informados das votações da Câmara Municipal.

Tem destaque na grade a programação jornalística, com notícias da câmara, além de entrevistas com vereadores e moradores que têm algo a contar a respeito da história da cidade. O telejornal *TVL Notícias* é diário e leva ao conhecimento do público o trabalho do legislativo blumenauense, além de todos os assuntos que interessam a comunidade.

O *TVL Comunidade* é um programa de entrevistas com 30 minutos de duração, dividido em dois blocos de 15 minutos, abordando um tema em cada



Plenário da Câmara: programação tem transmissões ao vivo, telejornais, entrevistas e documentários

bloco. O *TVL Cultura* tem o mesmo formato do *TVL Comunidade*, porém focado em assuntos culturais.

Os principais programas de entrevista são o *Nossa Gente* e o *Fala Vereador*. O *Nossa Gente* é gravado externamente, em ambiente familiar ao entrevistado. Tem 30 minutos de duração e, nele, as pessoas contam a história de sua vida, sempre lembrando a própria história da cidade. O *Fala Vereador* é um programa de 30 minutos onde o entrevistado é sempre um dos 15 parlamentares do município. Feito em sistema de rodízio entre os vereadores.

São produzidos ainda programetes curtos. O *Das Ist Blumenau* tem de três a quatro minutos e mostra características importantes e positivas do município. O *Momento Turístico*, com duração de até dois minutos e meio,

ressalta as potencialidades turísticas da cidade. Já o *TVL nos bairros* conta um pouco da história e realidade de cada um dos bairros de Blumenau, sempre com um depoimento de figura bastante expressiva para cada comunidade. Tem aproximadamente três minutos de duração.

A TV Legislativa de Blumenau ainda exibe dois programas semanais cuja produção é terceirizada. O programa *De Coração* é produzido pela Sociedade Brasileira de Cardiologia e o *Programa Justiça Legal* é feito pelo Poder Judiciário catarinense.

São vários os documentários específicos e segmentados produzidos tanto pela própria TVL quanto por terceiros e exibidos no canal. Assim, a TV Legislativa de Blumenau cumpre sua missão de bem informar, formando para a cidadania.

SERVIÇO

A TV Câmara de Blumenau (TVL) pode ser sintonizada em todo o município no canal 19 da operadora de TV a cabo BTV e no canal 16 da Net. Os canais são compartilhados meio a meio pela TVL e pela TVAL (TV Assembleia Legislativa). Na Internet, a transmissão é 24 horas e pode ser acessada no site www.camaraflu.sc.gov.br.

■ TV CÂMARA DE ITAJAÍ (SC)

Opção por equipe e equipamentos próprios

A TV Câmara de Itajaí (SC), município de 180 mil habitantes a 100 km de Florianópolis, produz 27 horas semanais de programação local, elaborada por uma equipe enxuta, composta por um diretor de TV e Rádio e oito servidores do quadro efetivo, contratados a partir de concurso público: operador master, operador de *switcher*, três cinegrafistas, editor de áudio e vídeo e dois jornalistas. Toda a estrutura física e de equipamentos é de propriedade da Câmara de Vereadores, ou seja, não há terceirização estrutural ou profissional.

A TV Câmara foi criada pelos parlamentares da décima sexta legislatura da cidade, que tem como lema “Câmara de Vereadores de Itajaí, uma Câmara mais Cidadã”. A missão da emissora, registrada em ata, é “levar aos itajaienses os atos do poder Legislativo Municipal com ética, transparência e agilidade, com foco no interesse público, para o desenvolvimento da plena cidadania”.

A primeira transmissão aconteceu em 2 de fevereiro de 2010. Foi a primeira TV de uma câmara de vereadores de Santa Catarina a transmitir por fibra ótica. Hoje a emissora transmite seu sinal pelo Canal 9 – Via Cabo, em sinal compartilhado com a TVAL, da Assembleia catarinense, das 19h à meia-noite, às segundas, quartas e sextas-feiras, e das 18h à meia-noite, às terças e quintas-feiras.

A linha editorial tem três vertentes. A primeira é a legislativa: transmitir as sessões plená-



Operadores de câmera registram os trabalhos do Plenário da Câmara Municipal de Itajaí



Telejornal diário de 30 minutos com reportagens e melhores momentos das sessões



Equipe de reportagem mostra aos moradores o impacto das decisões da Câmara para o município

rias da Câmara e audiências públicas, ao vivo e em reprises; expor o trabalho dos vereadores nas matérias jornalísticas e entrevistas; e também repercutir os temas que afetam a comunidade junto aos vereadores. Nessa linha também são produzidos pequenos documentários sobre o legislativo, seus setores e processos.

A segunda linha é a de retratar a sociedade civil local, tanto em matérias jornalísticas quanto em entrevistas, nas quais são expostos fatos e eventos de entidades, como as reuniões de conselhos municipais e associações comunitárias ou festas e promoções de associações desportivas, culturais ou filantrópicas. Nessa linha também são realizados documentários e reportagens especiais sobre as ações de entidades organizadas.

A terceira é noticiar fatos de interesse público da cidade, como problemas sanitários ou de trânsito. Nesta linha também é dado destaque às ações do poder Executivo municipal e de suas secretarias.

A grade de programação abrange a transmissão, ao vivo, das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes e audiências públicas, além das reprises das sessões. São exibidos ainda um telejornal diário de trinta minutos, dois programas de entrevistas com meia e uma hora de duração, além de programas educativos, informativos ou de utilidade pública em formatos curtos ou em grandes reportagens com durações desde um minuto e meio até cinco minutos. A emissora também oferece documentários sobre história, segurança pública, cultura, meio ambiente, cidadania ou personagens de Itajaí, com durações de dez a cinquenta minutos.

SERVIÇO

Como assistir a TV Câmara de Itajaí:

- Canal 9 – Via Cabo TV - Itajaí/SC.
- Seg/Qua/Sex: das 19 às 24h - Ter/Qui: das 18 às 24h.

■ TV CÂMARA DE ITAPEVI (SP)

Emissora vai reformular programação

A TV da Câmara Municipal de Itapevi passará por transformações significativas em 2013 com a finalidade de estreitar ainda mais a comunicação com a cidade. A informação é do novo presidente do Legislativo local, vereador Paulo Rogiério de Almeida (Professor Paulinho). “Vamos reformular especialmente nossa programação, pois conteúdo é tudo. Queremos que os itapevienses tenham um canal direto na TV Câmara para fazer valer os seus direitos de cidadãos”, anuncia.

O presidente da Câmara de Itapevi reconhece a importância de eventos como o Workshop sobre TV Digital e Programação/Conteúdo, programado pela Astral no mês de março, na Assembleia Legislativa de São Paulo. “São oportunidades ímpares de conhecermos melhor as ferramentas que as novas tecnologias oferecem para dar mais transparência ao trabalho do poder público municipal”, avalia Professor Paulinho.

Até agora a TV Câmara de Itapevi tem transmitido as sessões e disponibilizado à população o arquivo das reuniões dos vereadores em vídeo, além de produzir matérias jornalísticas que mostram as atividades do Legislativo, até mesmo fora do recinto da Câmara. “A população fica inteirada dos acontecimentos, das leis que são aprovadas e passa a debater e a cobrar mais o Legislativo e o Executivo, enviando inclusive sugestões e críticas”, conclui Paulinho.

A transmissão da TV Câmara Itapevi é feita com câmeras robotizadas e pode ser assistida em tablets e celulares, além dos computadores de mesa. Um estúdio completo foi montado no interior da Câmara além de um espaço especial para entrevista.

SERVIÇO

A programação da TV Câmara Itapevi pode ser acessada no site www.tvcamaraitapevi.com. As sessões plenárias são transmitidas ao vivo. Há também reportagens, entrevistas e arquivos de todas as sessões (on demand).

Planejamento para entrar no canal aberto



Equipe no estúdio da emissora, que em breve vai entrar na Rede Legislativa e passar a transmitir em sinal aberto e digital

A TV Câmara de Marília completou seis anos em 7 de dezembro de 2012 com a proposta de reativar o estúdio Jornalista Anselmo Scarano – com novos cenários e moderna iluminação – e, ainda, adquirir novos equipamentos como switcher e playout de áudio e vídeo, próprios para gravação e transmissão em HD.

Depois destes investimentos, o planejamento inclui a contratação de profissionais especializados para a realização de projetos e serviços relativos à transmissão do sinal digital no canal 61. Isso mesmo. A emissora

do interior paulista também vai integrar a Rede Legislativa de TV Digital.

O projeto de cobertura, dimensionamento de sistema irradiante e potência de transmissor para a estação de TV digital - dentro do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) - foi possível graças à permissão de uso de uma área da prefeitura da cidade para a Câmara Municipal.

Enquanto se prepara para entrar no mundo digital, em canal aberto, a prioridade da programação da TV Câmara é a

transmissão, ao vivo, de todas as atividades legislativas. Mas são produzidos também outros programas, como o *Com A Palavra*, entrevistas de interesse público.

Todas as quartas-feiras, às 21h, entra no ar o *ExibeTV*, voltado para a exibição de produtos audiovisuais. Além desses programas fixos, há outros três produtos musicais, especiais de final de ano destinados a divulgar os artistas locais. E, junto com a entrada no canal aberto digital, a programação terá novidades, por meio de parcerias para produções voltadas para saúde e trânsito.

SERVIÇO

A TV Câmara de Marília é sintonizada no canal 21 da Net – com 100% de cabeamento de rede e 33 mil assinantes. O sinal é compartilhado com a TV Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) . A emissora também pode ser assistida na web: www.camar.sp.gov.br/tv/.

■ TV CÂMARA MUQUI-ES

O pioneirismo de uma TV legislativa e comunitária

Cabe ao pequeno município de Muqui, a 175 km de Vitória (ES), o pioneirismo na transmissão pela TV das atividades dos vereadores no Espírito Santo. A história da TV Câmara de Muqui (ES) começa em setembro de 1999 na sede da Câmara Municipal do município, na gestão do então presidente José Antônio Wencioneck. Preocupado com a transparência dos atos do Legislativo Municipal, o presidente pede ajuda ao servidor Antonio Ribeiro Massini, que até então gravava as sessões em VHS para a confecção das atas. Como fazer com que a população tivesse conhecimento das atividades dos vereadores e participasse das discussões? A ideia de Massini foi imediatamente acolhida por Wencioneck: criar uma TV municipal.

Passados trinta e dois dias da reunião, a TV Câmara Muqui começava a transmitir em caráter experimental as sessões plenárias da Casa para o município, em parceria com a TVE do estado do Espírito Santo – por meio de um comodato dos equipamentos de transmissão. Pronto. Os moradores de Muqui já podiam acompanhar os atos do Legislativo e fiscalizar seus vereadores a partir de suas casas.

Antonio Ribeiro Massini foi nomeado Diretor Geral de TV e mais tarde de RTV. Um dos primeiros passos foi aumentar a grade de programação por meio de parcerias, uma delas com a TV Câmara (da Câmara dos Deputados). Sem contar os programas próprios de entrevistas (*Muqui em Detalhes*) e esporte (*Esporte Muqui*). Foi aberto um espaço para a própria po-



Equipe responsável pela transmissão das sessões plenárias da Câmara de Muqui: pioneirismo



Carro usado nas reportagens de rua em frente ao prédio da Câmara: no começo era só o registro em VHS

pulação produzir e se ver na tela, com o *Momento You Tube*, programa que reúne vídeos postados na Internet pelos moradores. O objetivo era mostrar os vídeos para os cidadãos que não tinham acesso a uma conexão via internet.

A grade não acaba aí. A produção independente tem espaço no programa *Na Tela da TV*, que destaca filmes e documentários gravados na cidade, tais como *Brilhantino*, *Graças a Deus*, *Uma Estrela Perdida*, entre outros. A população de Muqui pode se reconhecer ainda no *Clip Mania*, um

programa que tem o objetivo de descobrir talentos da terra e dar a oportunidade para o cidadão mostrar na TV suas músicas regionais.

Eventos importantes para o município sempre fizeram parte da cobertura da TV Câmara de Muqui. Onde mais os moradores poderiam assistir, ao vivo, a missa local aos domingos? Ou cultos importantes em praça pública, o Encontro Nacional de Folias de Reis (o maior do Brasil), o Desfile Cívico Escolar, todo o Carnaval e também as

festas principais como o Dia da Emancipação Política do Município (22 de Outubro) e do Padroeiro da cidade, São João Batista (24 de Junho), tudo ao vivo? A emissora não tem os equipamentos de ponta nem as mais modernas tecnologias à disposição, mas compensa even-

tuais deficiências com a dedicação dos funcionários, parcerias (inclusive com a prefeitura) e, principalmente, audiência da população.

“Nossa história tem valor, pois somos reconhecidos pelo povo desta terra. Trouxemos a tão so-

nhada transparência dos atos do Legislativo. Temos o orgulho de termos sido uma das primeiras TVs Legislativas no país e a primeira no Espírito Santo a transmitir através da internet, levando assim nossa cultura para o mundo”, desabafa o diretor-geral, Antonio Ribeiro Massini.

SERVIÇO

Informações sobre como acessar a TV Câmara de Muqui (ES) podem ser obtidas no site www.camaramuqui.es.gov.br.

■ TV CÂMARA DE LAVRAS (MG)

Sessão da Câmara é o principal assunto da cidade

O primeiro programa e razão da existência da TV Câmara de Lavras, cidade de 100 mil habitantes a 230 km de Belo Horizonte, é a *Reunião da Câmara*, exibida ao vivo, às segundas-feiras, às 19h. A sessão em que os vereadores discutem a legislação do município e fiscalizam os atos da prefeitura é reprisada no dia seguinte, das 8h às 17h, e na quarta-feira, às 8h.

Além do plenário cheio, a audiência expressiva atesta o incentivo à cidadania provocado pela TV Câmara, cujas transmissões da reunião repercutem em toda a cidade.

Nas reuniões da Câmara, o vereador ganha visibilidade, principalmente, quando ocupa a

tribuna para fazer seu pronunciamento. Ao mesmo tempo, a exposição serve para que o eleitor e o cidadão avalie e analise a atuação de seu representante no parlamento local.

Outro programa de grande audiência é o *Jornal da Câmara*, exibido em duas edições semanais, na quarta e sexta feira, além das reprises nos horários alternativos: quinta-feira às 18h30 e sábado e domingo às 17h - uma maneira de permitir que todo o público possível assista as notícias da Câmara.

O jornalismo da TV Câmara é feito através do método do agendamento. O vereador pode ser entrevistado toda semana com tema livre e pauta a programação do canal.

Em nove anos de atividade a TV Câmara tem, além da boa audiência, a credibilidade do público, das autoridades e dos formadores de opinião, que enviam agendas para serem divulgadas na programação - um serviço à população.

A emissora também tem parcerias com entidades como o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho da Justiça Federal, que enviam programas para exibição. Outros órgãos, como as polícias Militar e Civil, ocupam espaço semanalmente na programação. Em breve serão firmadas novas parcerias com o Judiciário, o Ministério Público e a Prefeitura, que deverão compor a grade, principalmente no canal digital.

SERVIÇO

A TV Câmara de Lavras opera em canal fechado por meio da operadora Mastercabo no município de Lavras, canal 15. São duas horas por dia, através de convênio de compartilhamento de sinal com a TV Assembleia de Minas. Com a TV digital, a emissora vai passar a operar no canal 40 na Rede Legislativa - em fase de implantação.

■ TV CÂMARA DE PIRACICABA (SP)

Nova programação para estrear na TV digital aberta

A TV Câmara de Piracicaba iniciou, em junho do ano passado, a produção de programas especiais para serem exibidos a partir da inauguração da TV aberta, prevista para o primeiro semestre de 2013, por meio do canal 61.4.

Até o momento foram elaborados drops, que são informativos de pequena duração, sobre temas relativos à história do município. Alguns exemplos são a história da Câmara, os nomes que Piracicaba já teve, a história do Portal do Cemitério da Saudade, o bairro histórico Monte Alegre, entre outros.

Também foi realizada uma série de entrevistas com ex-presidentes da Câmara para contar a trajetória política do município por meio deles. Este programa foi denominado *Galeria*. Além dos ex-presidentes, um historiador da Câmara, em três programas, fez um relato do início da história do Legislativo municipal.

Outro programa em fase de produção é o *Retrato Falado*. Nele, o vereador conta sua trajetória pessoal, política e profissional. Em 15 minutos, o telespectador poderá ver um resumo da história do vereador, com fotos e outras imagens ilustrativas.

Paralelamente, a TV Câmara vem firmando convênios com universidades, como a UNIMEP, para a exibição de programas elaborados pelos seus alunos, e também com a TV USP, que



Gravação de programa da emissora, que deve começar a transmitir em sinal aberto digital em breve

produz uma série de documentários sobre a cidade.

TEMAS LOCAIS

A TV Câmara de Piracicaba, até agora, prioriza programas relacionados à cidade. “Foi a maneira que encontramos de colocar em nossa grade de programação séries e programas que dizem respeito ao município. Acreditamos que, abordando temas locais, conseguiremos uma maior empatia e identidade com o nosso público”, explicou a diretora da TV Câmara,

Marisa Libardi. Mesmo assim, a diretora não descarta a possibilidade de aquisição de outros programas. “É muito tempo de programação e a equipe é limitada, não será possível produzirmos tudo aqui”, afirmou.

Na grade da TV digital, além dos novos programas, a TV Câmara continuará transmitindo ao vivo as reuniões ordinárias, sessões solenes e também o *Jornal da Câmara*, informativo semanal, que tem a duração de aproximadamente 30 minutos e é exibido antes da reunião ordinária da segunda-feira.

“Acreditamos que, abordando temas locais, conseguiremos uma maior empatia e identidade com o nosso público”

Marisa Libardi, diretora da TV Câmara

SERVIÇO

A TV Câmara de Piracicaba é exibida pelo canal 8 da Net e alcança todo o município. De segunda a quinta, a partir das 17h e, em dias de sessões solenes, a partir das 20h. Mais informações pelo site www.camara.piracicaba.sp.gov.br. Até o segundo semestre a programação será transmitida pelo canal digital aberto 61.4 – da Rede Legislativa.

Programação tem até aula de libras

A TV Câmara de Pouso Alegre, cidade de 130 mil habitantes a 370 km de Belo Horizonte, seria a princípio apenas um veículo dedicado a transmitir ao vivo as reuniões dos vereadores, mas a proposta inicial evoluiu para um projeto criativo, que expandiu os limites da cidadania ao oferecer aos moradores do município programas de utilidade pública, entre os quais até mesmo aulas de libras.

Capaz de atingir um público diferenciado, as aulas de libras tem entre seus telespectadores empresários interessados em aprender a se comunicar com deficientes auditivos, para que possam trabalhar melhor com os funcionários contratados com base na lei de cotas. Professores, recepcionistas e funcionários públicos também fazem parte do grupo de telespectadores que todos os domingos reservam parte de seu tempo para aprender a linguagem brasileira de sinais.

A servidora pública Giselle Gláucia Ribeiro Fonseca, recepcionista na Câmara Municipal de Pouso Alegre, já havia tido dificuldades no atendimento às pessoas surdas e, com o curso, conta que atende os deficientes auditivos com tranquilidade. “Agora conheço o alfabeto todo e os principais sinais, o que tem me ajudado muito no atendi-



Switcher e mesa de corte da transmissão do Plenário da Câmara Municipal: grade variada

to de pessoas com deficiência auditiva”, disse.

As aulas de libras, que já estão na terceira edição, são coordenadas pela Escola do Legislativo de Pouso Alegre e gravadas pela TV Câmara. Para Fátima Belani, secretária geral da Câmara, “a grade de programação da TV é um instrumento efetivo de aproximação da população com os trabalhos desenvolvidos pelo parlamento, contribuindo para o aprimoramento das ações empreendidas em todos os setores da Casa”.

Além das aulas de libras e das transmissões ao vivo das reuniões dos vereadores, a TV Câ-

mara de Pouso Alegre conta com informativos, programa de entrevista com parlamentares, programas culturais, programas destinados aos jovens, cobertura das atividades da Câmara Mirim, Câmara Jovem e Academia Juvenil de Letras, mini-documentários produzidos pelo Museu Municipal, transmissão das sessões itinerantes, cursos, como o realizado em janeiro que preparou os novos vereadores para o parlamento, e programas feitos em parceria com entidades filantrópicas. A grade de programação segue a proposta feita desde a implantação da TV em dezembro de 2010 e é capaz de atrair público de todas as idades.

SERVIÇO

A TV Câmara de Pouso Alegre alcança todo o município e pode ser sintonizada no canal 21 da Master Cabo ou no 59 (TV aberta). Transmite duas horas de programação diárias – e mais as reuniões do Plenário ao vivo.

■ TV CÂMARA DE RIBEIRÃO PRETO

Reformulação da programação dobrou audiência

A TV Câmara de Ribeirão Preto (SP) começou suas atividades em 1999, quando transmitia apenas as sessões solenes e ordinárias da casa legislativa. Na época apenas um jornalista apresentava a transmissão direta do plenário. Hoje, após 13 anos no ar, a emissora inova a cada dia com uma programação diferenciada que busca cada vez mais atrair os telespectadores para os assuntos de interesse da comunidade.

Até 2009 a TV legislativa não tinha estúdios de televisão e funcionava junto com a assessoria de imprensa da Câmara. Em meados do mesmo ano o novo diretor da TV Câmara Sérgio Figueiredo, junto com o coordenador de Jornalismo Orlando Pesoti, resolveu inovar e transformar toda a programação da TV para atrair mais público e buscar junto com a comunidade programas que falassem a linguagem popular.

Com novas contratações e mais equipamentos foi possível elaborar programas que envolvessem a comunidade, como o *Câmara Interativa*, apresentado pela jornalista Aline Matos e pelo apresentador Elton Figueiredo. O programa foi gravado em escolas públicas e particulares de Ribeirão Preto com a participação de vereadores, músicos e artistas locais. A plateia era composta pelos estudantes que faziam perguntas aos políticos sobre a Câmara.

Em outubro de 2010 a TV Câmara inaugurou um complexo de estúdios com mais de 100 metros quadrados com redação de jornalismo, estúdios e área técnica. Com o novo estúdio foi possível a criação de novos programas e levar mais informações e interatividade ao público ribeirãopretano.

Os destaques da grade, hoje, são os programas *Bate Papo*, com entrevistas dos vereadores e a história dos legisladores; o *Transparência*, que



Programa de debate trata dos temas discutidos pelos vereadores: participação popular



Programa Câmara Interativa: estudantes de escolas públicas discutem com vereadores os problemas da cidade

recebe jornalistas e personalidades da cidade para debater com os vereadores; o *Cidade em Ação*, apresentado pelos jornalistas Orlando Pesoti e Mirtes Wiernann, que leva informações sobre a cidade todos os dias pela manhã; e um programa de esportes apresentado pelo comentarista Luciano Neto, sempre com a presença de um vereador e personalidades da área.

A TV também transmite um jornal de 30 minutos todas as terças e quintas, antes das sessões ordinárias. Com essa nova reformulação e programação diferenciada foi possível elevar a audiência da TV em mais de 100%, segundo pesquisa realizada pela Presidência da Câmara Municipal no final de 2010.

SERVIÇO

A TV Câmara de Ribeirão Preto tem uma programação aberta no canal 33 UHF, TV Thathi – uma emissora local, com oito horas de programação toda semana e mais oito horas de reprises nos finais de semana. Além disso, a TV legislativa entra nos canais 5 a cabo todas as manhãs, com programação ao vivo, e no canal 22 a cabo nos mesmos horários do canal em UHF. Em julho próximo ano a TV começa a operar em sistema digital com a rede legislativa no canal 61.

DRM – o rádio do século XXI

POR | MARCELO GOEDERT E RAFAEL DINIZ*

O DRM – Digital Radio Mondiale apresentou-se ao Ministério das Comunicações para ser o sistema de rádio digital adotado em nosso país. Muitos denominam o DRM de “sistema europeu”, mas na verdade ele é um “sistema mundial”, pois teve seu início na China, em 1997, e desde então vem sendo desenvolvido por organizações de todo o mundo. Por ser aberto e livre, permite essa pluralidade de desenvolvedores. O Brasil já participa do desenvolvimento, pois já acontecem estudos (Unicamp/SP, PUC-Rio) para a incorporação do Ginga (o middleware desenvolvido para a TV Digital brasileira) ao DRM, ou seja, uma nacionalização do sistema que tem tudo para tornar-se o Sistema Brasileiro de Rádio Digital.

O DRM é organizado e divulgado pelo Consórcio DRM (www.drm.org), uma entidade sem fins lucrativos, com sede na Suíça e atualmente com mais de 100 organizações associadas. Entre os membros encontram-se renomados institutos de pesquisa (Franhofer IIS, RFmondial, Dolby Laboratories, entre outros), emissoras públicas (BBC, All India Radio, Radio France, Voice of Russia, Radio Vaticana, entre outras), indústrias de transmissores (Ampegon, BE, Continental, Nautel, Harris, Transradio, entre outros), fabricantes de chipsets (Frontier Silicon, NXP, Dibcom Parrot, entre outros), além de outras organizações de peso (Sony, JVC Kenwood, Robert Bosch, etc.). A BT – Broadcast Transmitters, indústria de transmissores de Porto Alegre – RS, associou-se em 2012 ao Consórcio DRM e outras organizações brasileiras estão em processo de associa-

ção. Todas estas organizações acreditam no sistema e a preferência pelo DRM é clara e explicada pelo sistema ser robusto e de código aberto, ou seja, sem necessidade de licenças para desenvolvimento e fabricação de produtos. Além disso, o DRM:

- Não possui segredos industriais;
- Utiliza codecs de áudio abertos e conhecidos, como o AAC (mesmo da TV digital brasileira);
- É o único padrão que funciona comprovadamente bem em todas as bandas de radiodifusão terrestre – Ondas Médias, Ondas Tropicais, Ondas Curtas e VHF (faixa do FM e canais de TV de 2 ao 13) de acordo com a UIT, órgão da ONU para comunicações;
- É econômico e sustentável;
- Otimiza o espectro, utilizando largura de banda menor do que o FM analógico (o DRM ocupa 100kHz na faixa do FM e 10kHz no AM);
- Oferece mais conteúdo aos ouvintes, com textos, imagens, programas interativos e tudo mais que puder ser digitalizado;
- Excelente qualidade de som em qualquer faixa de frequência – som do AM é tão bom quanto o do FM, e o FM se transforma em som imersivo de alta definição.

No Brasil, o DRM já recebeu apoio de entidades como a ABIRD (Ass. Brasileira da Indústria da Radiodifusão) e a AMARC (Ass. Mundial das Rádios Comunitárias), entre outras. Em 2012 foi criada a Plataforma

DRM Brasil (www.drm-brasil.org). Com objetivos semelhantes aos do Consórcio DRM, a Plataforma DRM Brasil organiza e divulga o sistema no Brasil, além de ser um fórum de discussões sobre a implantação do rádio digital em nosso país.

O rádio digital é uma nova mídia que altera os paradigmas do rádio como conhecemos. Eleva o meio rádio ao patamar do mundo digital e permite a convergência com as novas mídias que hoje dominam nossa sociedade fluída e pós-moderna. O DRM, com seu

conceito livre, aberto e de última geração compactua com a tendência tecnológica e midiática mundial. As possibilidades são infinitas.

.....
***MARCELO GOEDERT E RAFAEL DINIZ REPRESENTAM O PADRÃO DRM NO BRASL. NA PRÓXIMA EDIÇÃO VAMOS PUBLICAR ARTIGOS SOBRE OS DEMAIS PADRÕES. CONTATOS: REPRESENTACAODRMBRASIL@GMAIL.COM E RAFAEL@DRM-BRASIL.ORG.**



install
tecnologia

Projeto de Canal de TV
Projeto de Link Rádio ou Fibra
Painel de Votação Multimídia
Transmissão Via Internet
Estúdio

Consultoria • Projeto • Implantação • Treinamento • Suporte

13 Tvs Câmaras Clientes Install

- Jaú-SP (Primeira TV Câmara Digital do Estado)
- Piracicaba-SP
- Valinhos -SP
- São José do Rio Preto-SP
- Itú-SP
- Ourinhos-SP
- Penápolis-SP
- Botucatu-SP
- Birigui-SP
- Araçatuba-SP
- Tupã-SP
- Ponta Grossa-PR
- Palestina-SP



Contatos: |18| 3636.3034 . 9137.0771
www.installtecnologia.com.br

Araçatuba-SP

Leia no próximo número da **Revista da Astral**

- A Rede Legislativa e a disputa pela faixa de 700 Mhz
- Interatividade: como o cidadão pode influir no Legislativo pela TV
- Como as emissoras se preparam para transmitir em sinal aberto
- TV Câmara e TV Senado: modelos de programação
- A escolha do padrão de rádio digital do Brasil

REVISTA DA ASTRAL

A melhor maneira de saber o que acontece na rede de comunicação que leva aos brasileiros as notícias do Legislativo nos municípios, estados e no Congresso Nacional.



ANUNCIE NA REVISTA DA ASTRAL

Contato: Astral – Associação Brasileira das Tvs e Rádios Legislativas
Fone: (+55 61) 3037-3773 / (+55 61) 8411-9154
www.astralbrasil.org

SEJA VOCÊ O
RESPONSÁVEL
PELA TV DIGITAL
NA SUA CIDADE!

TV CIDADANIA
TV LEGISLATIVA

Soluções completas para implantar a TV Digital na sua cidade!

A TV Digital traz muitos benefícios para sua cidade:

- Transparência e reconhecimento das atividades promovidas pelos Executivo e Legislativo, aumentando a visibilidade e a propagação de projetos e promovendo o envolvimento da população em questões políticas;
- A TV do município pode transmitir programas culturais;
- Gerar parcerias com instituições públicas, por exemplo de saúde e educação, facilitando a chegada de projetos sociais a população;
- Proporciona economia, pois será um canal do próprio município, onde não terá de custear mensalmente veiculações de conteúdo em outros canais.

Casos de Sucesso:

- **TV Câmara de São Paulo - SP**
1ª Câmara com TV Digital do Brasil;
- **TV Câmara de Pouso Alegre - MG**
1ª Câmara com TV Digital de Minas Gerais.

Venha nos visitar e saiba como implantar a
TV Digital na sua cidade!

Fale conosco:

35 2102-3100 ou info@screenbrasil.com.br

